

ACORDO DE COOPERAÇÃO SEMAS nº. 006/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO (PAE) Nº. 419493/2020

Acordo de Cooperação SEMAS nº. ____/2021,
que entre si celebram o Estado do Pará,
representado pela **Secretaria de Estado de Meio
Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS** e o
**FUNDO BRASILEIRO PARA A
BIODIVERSIDADE- FUNBIO**, com vistas à
execução da gestão operacional e financeira do
Fundo da Amazônia Oriental – FAO.

O **ESTADO DO PARÁ**, neste ato representado pela **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**, doravante denominada **SEMAS**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº. 34.921.783/0001-68, sediada na Travessa Lomas Valentinas, nº. 2.717, Marco, Belém – PA, CEP 66.093-677, mediante representação pelo Sr. **JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA**, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade, nomeado por meio do Decreto s/nº. no Diário Oficial do Estado nº. 33.781, de 15 de janeiro de 2019, portador da Carteira de Identidade nº. 1360811, expedida pela PC/PA e CPF nº. 296.202.102-63, residente e domiciliado em Belém–PA;

e

O **FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO**, associação civil sem fins lucrativos, qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.537.443/0001-04, com sede na Rua Voluntários da Pátria, nº 286, 5º andar e 6º andar, sala 603, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.270-014, neste ato representado por sua **Secretária Geral, ROSA MARIA LEMOS DE SÁ**, brasileira, divorciada, ecóloga, portadora da carteira de identidade nº M-750.784, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 317.697.566-04, doravante denominado **FUNBIO ou Gestor Operacional e Financeiro do FAO**;

ambas aqui reconhecidas como **PARTES**, as quais sujeitam-se, neste Instrumento, aos princípios de Direito Público e a todo arcabouço jurídico aplicável, especialmente à Lei Federal nº. 8.666/1993 (art. 116), à Lei Federal nº. 13.019/2014 e alteração pela Lei Federal nº.

13.204/2015, bem como ao [Decreto Estadual nº. 1.835/2017](#), que regulamenta em âmbito local o Marco Regulatório para celebração de parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil,

Considerando o [Decreto Estadual nº. 346, de 14 de outubro de 2019](#), que dispõe sobre o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), reconhecendo-o como estratégia de financiamento e instrumento de cooperação privada;

Considerando o [Decreto Estadual nº. 941, de 3 de agosto de 2020](#), que institui o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), e, em seu artigo 9º, inciso II, elege o FAO como um dos instrumentos de execução das ações voltadas ao estabelecimento de um modelo de desenvolvimento sustentável no Estado do Pará;

Considerando a natureza planetária dos benefícios possibilitados pelos ativos ambientais locais e reconhecida a necessidade da Administração Pública em adotar estratégias inovadoras de financiamento inteligente, de forma a estimular o engajamento do setor privado, da sociedade civil organizada e das demais Nações em prol do fortalecimento das ações preservação ambiental e desenvolvimento sustentável;

Considerando a necessidade de, em atenção ao art. 225 da Constituição Federal, a Administração Pública ampliar o esforço cooperativo que resulte maior engajamento e colaboração da sociedade brasileira, notadamente o Terceiro Setor e entidades empresariais, filantrópicas, bem como da comunidade global, para o alcance ao “meio ambiente ecologicamente equilibrado”;

Considerando o resultado do processo de seleção realizado por meio do **Edital de Chamamento Público DPC/SEMAS nº. 001/2021**, e tendo como primeiro colocado o **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio**, Organização da Sociedade Civil (OSC) selecionada para realizar a gestão financeira e operacional do Fundo da Amazônia Oriental,

resolvem:

Celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, doravante denominado “**ACORDO**”, sob as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente **ACORDO** consiste na atividade contínua e permanente de Gestão Operacional e Financeira do FAO, com vistas à consecução das finalidades a que se presta o

2

Fundo enquanto estratégia de colaboração privada de financiamento às políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável do Estado do Pará.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

2.1. Para consecução do objeto deste Instrumento, as partes ficam obrigadas ao cumprimento das condições especificadas no **PLANO DE TRABALHO** ora pactuado, o qual constitui instrumento integrante e indissociável do presente Acordo de Cooperação, tal como toda documentação técnica que a ele esteja vinculado;

2.2. Quaisquer ajustes ao **PLANO DE TRABALHO** serão efetuados, desde que não haja alteração do objeto, por meio da formalização de termo aditivo ou certidão de apostilamento, a depender do caso concreto e de acordo com as hipóteses previstas no artigo 44, do Decreto Estadual nº. 1.835/2017, ressalvada a manifestação de anuência ou não pelo FUNBIO.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. Para a consecução do objeto a ser alcançado ao longo da execução do presente **ACORDO**, são obrigações:

3.1.1. Da SEMAS/PA:

3.1.1.1. Acompanhar as ações de execução do objeto deste ACORDO;

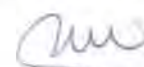
3.1.1.2. Prestar o suporte necessário ao monitoramento e à fiscalização da cooperação;

3.1.1.3. Elaborar projetos, de acordo com os objetivos e eixos de investimentos previstos, respectivamente, nos arts. 1º e 2º, do [Decreto Estadual nº. 346/2019](#), para submissão à avaliação do Comitê Gestor do Fundo da Amazônia Oriental (CGFAO);

3.1.1.4. Prestar ao Gestor Operacional e Financeiro do FAO, sempre que necessário ao cumprimento das obrigações estabelecidas neste **ACORDO**, os dados e as informações atinentes à gestão ambiental no Estado do Pará;

3.1.1.5. Disponibilizar, no sítio eletrônico institucional, espaço próprio para publicização das atividades atinentes ao funcionamento do FAO;

3.1.1.6. Assessorar o Comitê Gestor do Fundo da Amazônia Oriental (CGFAO), articulando as tratativas entre o CGFAO e o FUNBIO;



3.1.1.7. Designar formalmente equipe multidisciplinar e tecnicamente capacitada, apta à prestação de apoio técnico ao CGFAO;

3.1.1.8. Em regime de melhores esforços, assegurar que o FAO se estabeleça como mecanismo prioritário de financiamento de iniciativas que contribuam com as metas do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), minimamente até dez/2035;

3.1.1.9. Avaliar e emitir posicionamento técnico acerca dos produtos, bens e serviços viabilizados pelo FUNBIO ao longo da Cooperação, bem como dos projetos por ela submetidos a conhecimento da Administração Pública Estadual;

3.1.1.10. Orientar a atuação do FUNBIO, nos termos do que dispõem os princípios basilares da administração pública e as premissas das políticas públicas vigentes, de modo a otimizar a execução do objeto;

3.1.1.11. Efetuar a nível institucional e/ou político, junto às representações e/ou às autoridades locais, nacionais e internacionais, as tratativas necessárias à consecução das ações estabelecidas neste ACORDO;

3.1.1.12. Permitir o livre acesso dos agentes da Administração Pública, dos órgãos de Controle Interno e do Tribunal de Contas aos processos, aos documentos e às informações relacionadas à execução a parceria, bem como aos locais de execução do seu objeto.

3.1.2. Do FUNBIO:

3.1.2.1. Efetuar a gestão operacional e financeira do FAO, o que envolve captar, receber, gerir, executar e prestar contas de recursos financeiros elencados no art. 3º, do Decreto Estadual nº. 346/2019;

3.1.2.2. Manter à sua guarda, controle e responsabilidade os recursos financeiros destinados ao funcionamento do FAO;

3.1.2.3. Elaborar o Manual de Gestão Operacional e Financeira do FAO, com base no Plano de Trabalho vinculado a esta Cooperação;

3.1.2.4. Capitalizar no mercado financeiro, conforme plano de investimentos a ser acordado entre as partes e chancelado pelo comitê gestor, os recursos do FAO, sub sua gestão, enquanto estes não forem utilizados para consecução das finalidades a que se destina o fundo;

3.1.2.5. Obedecer às diretrizes e ao planejamento estratégico do Fundo da Amazônia Oriental estabelecido pelo Comitê Gestor do Fundo (CGFAO), conforme disposições do art. 6º, I, do [Decreto Estadual nº. 346/2019](#), e consoante as políticas públicas correlatas ao Fundo;

3.1.2.6. Desenvolver mecanismos para captação de recursos privados, nacionais e internacionais, provenientes ou não de estados estrangeiros e/ou colaborar para o desenvolvimento de mecanismos, a fim de desenvolver o FAO e ampliar seu alcance e efetividade;

3.1.2.7. Conduzir, sob a orientação do Comitê Gestor do Fundo da Amazônia Oriental (CGFAO) e de acordo com os eixos de investimentos elencados no art. 2º, do [Decreto Estadual nº. 346/2019](#), em conformidade com o Manual Operacional, o processo de seleção dos projetos ambientais em que serão aplicados os recursos destinados ao FAO;

3.1.2.8. Apresentar, anualmente e nos moldes estabelecidos no Plano de Trabalho, a prestação de contas, a qual será submetida à análise e à avaliação do Comitê Gestor do Fundo da Amazônia Oriental (CGFAO);

3.1.2.9. Submeter, à análise e à aprovação do Comitê Gestor do Fundo da Amazônia Oriental (CGFAO), a forma de aporte de recursos, consoante previsto no [Decreto Estadual nº. 346/2019](#);

3.1.2.10. Observar as normas complementares editadas pelo Comitê Gestor do Fundo da Amazônia Oriental (CGFAO).

3.1.2.11. Disponibilizar ao Comitê Gestor do Fundo da Amazônia Oriental (CGFAO), a qualquer tempo e para fins de acompanhamento e avaliação, quaisquer documentos e relatórios atinentes à atuação da entidade gestora e à SEMAS, sob demanda;

3.1.2.12. Submeter-se à supervisão permanente do Comitê Gestor do Fundo da Amazônia Oriental (CGFAO);

3.1.2.13. Obedecer às normas financeiras e fiscais vigentes no País.

3.1.3. São obrigações comuns às partes:

3.1.3.1. Disponibilizar equipe de funcionários e colaboradores para a execução das ações, programas ou projetos decorrentes deste **ACORDO**;



3.1.3.2. Zelar pela realização das atividades dentro dos limites e prazos estipulados no Plano de Trabalho vinculado a este **ACORDO**;

3.1.3.3. Informar, tão logo quanto possível, a ocorrência de qualquer fato extraordinário que possa comprometer o êxito de suas obrigações;

3.1.3.4. Responder, individualmente, por infrações que cometer às leis, bem como por indenizações, reclamações, danos ou prejuízos causados a terceiros, direta ou indiretamente, por culpa ou desídia, ou em consequência de erros, imperícias, imprudências ou negligências suas, de seus prepostos, funcionários, servidores ou colaboradores, ou em razão da responsabilidade objetiva própria, quando for o caso.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS, MATERIAIS E HUMANOS**

4.1. O presente **ACORDO** **NÃO GERA** obrigações financeiras, materiais, trabalhistas/empregatícias ou fiscais de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros, materiais ou humanos entre as **PARTES**;

4.2. O FAO será composto especialmente por recursos privados doados por pessoas físicas, entidades privadas nacionais ou internacionais, por recursos de natureza pública provenientes de estados estrangeiros cooperação internacional e organismos multilaterais, bem como outros recursos que lhe vierem a ser atribuídos por parte do Comitê Gestor do Fundo, aqueles oriundos de articulações promovidas pelo Governo do Pará, além dos dividendos ou rendimentos gerados por esses recursos;

4.3. As despesas para a consecução do objeto deste **ACORDO**, tais como as relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre as **PARTES** e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas por recursos financeiros oriundos do FAO;

4.4. Profissionais atuantes em atividades necessárias ou decorrentes da execução deste **ACORDO** para uma **PARTE**, na condição de servidores, empregados, autônomos, empreiteiros ou quaisquer outros títulos, não terão vinculação ou direito de qualquer natureza em responsabilidade da outra **PARTE**, ficando a cargo exclusivo da **PARTE** que os contratou a integral responsabilidade no concernente a direitos, mormente os trabalhistas e previdenciários, inexistindo solidariedade entre as **PARTES**;

4.5. Os recursos humanos a serem utilizados na execução dos termos do presente **ACORDO** não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

5.1. O prazo de vigência do presente Acordo de Cooperação será de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura;

5.2. O prazo pactuado para execução deste Acordo de Cooperação poderá, para atender interesse público e com vistas a assegurar o contínuo cumprimento do objeto, ser prorrogado até o limite de 15 (quinze) anos, mediante a celebração de Termo Aditivo, ressalvada hipótese de prorrogação que resguarde o interesse público, prevista em norma específica;

5.3. A prorrogação dependerá de prévia análise jurídica e justificativa técnica da área finalística correlata ao objeto, que se manifestará quanto ao atendimento das ações e metas pactuadas entre as partes.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA ATUAÇÃO EM REDE

6.1. Na hipótese de atuação em rede, esta será regida rigorosamente pelas disposições elencadas nos artigos 47, 48 e 49 do [Decreto Estadual nº. 1.835 de 2017](#) e art. 35-A da [Lei Federal nº. 13.019 de 2014](#).

6.2. A composição da rede compreenderá o **FUNBIO** e, uma ou mais OSC **executantes**, responsáveis pela execução das ações relacionadas ao objeto da cooperação;

6.3. Ao **FUNBIO** caberá a supervisão, mobilização e orientação da rede, e centralização das ações de comunicação e divulgação relacionadas às atividades da rede, bem como integral responsabilidade pelos atos realizados por esta;

6.4. A formalização da rede dar-se-á mediante assinatura de **termo de atuação em rede**, instrumento que especificará, minimamente, as ações, as metas e os prazos a serem desenvolvidos pela OSC **executante**.

6.4.1. O ato de assinatura do **termo de atuação em rede** deverá ser comunicado à administração pública no prazo de sessenta dias, contados da data de assinatura.

6.5. Caberá ao **FUNBIO** assegurar, no ato da celebração do termo de atuação em rede, a devida regularidade jurídica e fiscal da OSC **executante**, conforme as exigências listadas no Art.

47, § 6º, do [Decreto Estadual nº. 346 de 2019](#), bem como os requisitos dispostos no Art. 49 do mesmo instrumento legal;

6.6. É terminantemente **VEDADA** ao **FUNBIO** a sub-rogação dos direitos e obrigações celebrados no ato deste Acordo de Cooperação à OSC **executante**.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

7.1. As contratações de terceiros realizadas pelo FUNBIO, para consecução de serviços relacionados ao objeto deste **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, são de responsabilidade exclusiva do FUNBIO, não implicando em responsabilidade solidária ou subsidiária da **SEMAS** ante a hipótese de inadimplência, nos termos do que dispõe do artigo 42, inciso XX da [Lei Federal nº. 13.019 de 2014](#).

8. CLÁUSULA OITAVA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. As **PARTES** assumem que o gerenciamento e a fiscalização do cumprimento do objeto da parceria, em observância aos artigos 60 e 61 da [Lei Federal nº. 13.019/2014](#), [Decreto Estadual nº. 1.835/2017](#) e [Decreto Estadual nº. 346/2019](#) são, por excelência, competências do Comitê Gestor do Fundo da Amazônia Oriental (CGFAO), incluindo instâncias operacionais a ele vinculadas e que por ele venham a ser estabelecidas.

9. CLÁUSULA NONA – DO MONITORAMENTO DA QUALIDADE E DA AVALIAÇÃO

9.1. O Comitê Gestor do Fundo da Amazônia Oriental (CGFAO) promoverá meios para o monitoramento da qualidade e para a avaliação, ambos de caráter preventivo e saneador, visando ao cumprimento do objeto deste **ACORDO**, conforme os artigos 58 e 59 da [Lei Federal nº. 13.019 de 2014](#), artigos 52, 53 e 54 do [Decreto Estadual nº. 1.835 de 2017](#) e, de modo complementar, deliberações e resolução(ões) próprias;

9.2. O Comitê Gestor do Fundo da Amazônia Oriental (CGFAO) designará, em ato específico, os membros integrantes da Comissão designada para acompanhamento deste **ACORDO**;

9.3. Havendo necessidade, a Comissão designada poderá, para subsidiar os trabalhos e mediante autorização do Comitê Gestor do Fundo da Amazônia Oriental (CGFAO), requerer o assessoramento técnico de especialista que este não seja membro da Comissão.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO, DA RESILIÇÃO E DA DENÚNCIA

10.1. As **PARTES** dispõem da prerrogativa de rescindir unilateralmente o presente **ACORDO**, sendo-lhes imputadas as responsabilidades e obrigações do prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período;

10.2. O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, desde que de comum acordo entre as **PARTES**, em caso de inadimplência de quaisquer Cláusulas ou condições, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou ainda denunciado, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ou em prazo conforme a legislação vigente à época do interesse de rescisão/denúncia;

10.3. Na hipótese de rescisão unilateral, ficam assegurados o prosseguimento e a conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre as **PARTES**.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA TITULARIDADE DOS BENS REMANESCENTES

11.1. A titularidade dos bens remanescentes adquiridos através dos recursos financeiros do FAO durante a vigência deste **ACORDO** será determinada na forma do que prevê os artigos 33 e 34 do [Decreto Estadual nº. 1.835, de 2017](#), assegurando a continuidade do objeto ora pactuado e a execução de ações de interesse público a que se destinam.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

12.1. A prestação de contas será regulada, no que couber, pelos arts. 63 a 72 da [Lei Federal nº. 13.019 de 2014](#), artigos 55 a 73 do [Decreto Estadual nº. 1.835, de 2017](#), bem como pelas normas de elaboração derivadas deste **ACORDO** e do Plano de Trabalho a ele vinculado;

12.2. A prestação de contas contemplará elementos que permitam ao CGFAO avaliar o andamento ou concluir que seu objeto foi executado de acordo com o pactuado, contendo a descrição detalhada das atividades realizadas durante a vigência da parceria, para aferição do alcance das metas atinentes à execução do objeto;

12.3. A prestação de contas e quaisquer atos dela decorrentes deverão ser disponibilizados nos sítios eletrônicos do **FUNBIO e da SEMAS**, permitindo a ampla visualização pelo público;

12.4. O FUNBIO deverá apresentar ordinariamente, em até 90 (noventa) dias consecutivos após o fim de cada exercício, prestação de contas sob o formato de Relatório de Execução do

Objeto, conforme os moldes estabelecidos no Plano de Trabalho e no art. 57 do [Decreto Estadual nº. 1.835, de 2017](#), no que couber;

12.5. Anexo ao Relatório de Execução do Objeto, o FUNBIO deverá apresentar o extrato da(s) conta(s) bancária(s) específica(s) da parceria, cópia simples dos documentos comprobatórios relativos às despesas e comprovantes de regularidade trabalhista, fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa;

12.5.1. O FAO passará por uma auditoria financeira externa independente anual e seus resultados serão apresentados ao Comitê Gestor do Fundo da Amazônia Oriental (CGFAO) em até 180 (cento e oitenta) dias consecutivos.

12.6. A prestação de contas anual sob a forma de Relatório de Execução do Objeto, não obsta que o CGFAO solicite, extraordinariamente e a qualquer tempo, nova prestação de contas na hipótese de suspeita de irregularidade na execução do objeto;

12.7. A prestação de contas será submetida à análise e avaliação do CGFAO, que emitirá parecer técnico, deliberando pela aprovação ou não da prestação de contas;

12.8. O parecer técnico de que trata o item anterior deverá conter informações sobre os resultados alcançados e seus benefícios, os impactos econômicos ou sociais, o grau de satisfação do público-alvo e a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado;

12.9. A manifestação conclusiva do CGFAO poderá apontar, alternativamente, pela aprovação integral, aprovação parcial ou rejeição da prestação de contas;

12.10. Ao findar da parceria, o FUNBIO deverá apresentar prestação de contas final contendo as exigências do art. 57 do [Decreto Estadual nº. 1.835, de 2017](#), no que couber;

12.11. Ante a hipótese de não cumprimento do alcance das metas pactuadas, o FUNBIO deverá justificar a ocorrência em tópico específico no corpo do Relatório de Execução do Objeto que comporá a prestação de contas;

12.12. Na incidência de não-comprovação do alcance das metas e resultados, bem como havendo indício de existência de ato irregular, o CGFAO exigirá a apresentação de Relatório de Execução Financeira da parceria, conforme disposições do art. 58 do [Decreto Estadual nº. 1.835, de 2017](#), para devida avaliação;

12.13. Não havendo a apresentação da prestação de contas, o FUNBIO será notificado pelo CGFAO, para que, no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos, cumpra esta obrigação;

12.14. Os arquivos originais atinentes à prestação de contas deverão ser mantidos pelo FUNBIO durante 10 (dez) anos, a contar do primeiro dia útil subsequente à prestação de contas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE

13.1. É **VEDADO** às **PARTES**, sob as penas da Lei, prestar informações a terceiros sobre a natureza ou o andamento de ações ou projetos classificados pela outra **PARTE** como sigilosos ou confidenciais, bem como divulgar, através de quaisquer meios de comunicação, dados e informes relativos aos serviços executados, a tecnologia adotada e a documentação técnica envolvida, salvo por expressa autorização por escrito emanada da **SEMAS**;

13.1.1. As informações de que trata o item ficam limitadas a conhecimento de empregados pertencentes ao quadro de funcionários, contratantes ou subcontratantes específicos, devendo a divulgação ser estritamente a estes limitada, conforme o caso;

13.1.2. São consideradas "Informações Confidenciais" todas as informações relacionadas ao Projeto que sejam fornecidas, expressamente como confidenciais, pela Parte reveladora à Parte receptora após a presente data. Na medida do possível, Informações Confidenciais devem ser disponibilizadas por escrito e marcadas como "Confidenciais". Para informações que não sejam disponibilizadas na forma escrita, como informações orais ou aquelas obtidas por inspeção visual, a Parte Receptora neste ato concorda em confirmar, por escrito, as informações então divulgadas e sua natureza confidencial no prazo de 15 (quinze) dias de sua realização.

13.1.3. Para os fins do presente **ACORDO**, as Partes acordam que não são consideradas Informações Confidenciais as informações que a Parte Receptora possa provar que:

(i) estejam ou se tornem disponíveis ao público em geral, de outra forma que não a divulgação pela Parte receptora, em violação ao presente Acordo;

(ii) sejam disponibilizadas à Parte receptora, de forma não-confidencial, por fontes diversas da Parte reveladora, desde que a Parte receptora não esteja ciente, em boa-fé e após averiguação, de que estas informações estejam sujeitas à obrigação de confidencialidade por parte da fonte reveladora; ou

(iii) sejam conhecidas, ou independentemente desenvolvidas, pela Parte receptora,

11

sem violação de obrigação de confidencialidade, antes da divulgação pela Parte reveladora.

13.2. Ante a autorização para liberação de informações confidenciais, a **PARTE** que as transmitir não terá direito a qualquer tipo de titularidade sobre estas, em resultado da revelação a outrem;

13.3. As **PARTES** devem proteger todas as informações confidenciais que sejam geradas ou fornecidas ao abrigo do presente **ACORDO**, a contar da assinatura deste instrumento até 5 (cinco) anos após o término de sua vigência, e se gerados bens passíveis de proteção, conforme cláusula de propriedade, o sigilo será de 20 (vinte) anos a contar da assinatura do instrumento específico, nos termos previstos na [Lei Federal nº 9.279, de 14 de maio de 1996](#);

13.4. A divulgação estará sujeita à autorização, por escrito, e não deverá em nenhum caso exceder o estritamente necessário para a execução das tarefas, deveres ou contratos relacionados com a informação divulgada;

13.5. Os destinatários da informação confidencial comprometer-se-ão por escrito em manter o caráter confidencial desta, devendo as **PARTES** acompanhar o cumprimento de tal obrigação;

13.6. Uma **PARTE** comunicará imediatamente à outra caso seja ou possa vir a ser incapaz de assegurar as obrigações de não-divulgação de informações confidenciais. Neste contexto, as **PARTES** procederão a consultas mútuas para determinar as medidas apropriadas em tal caso.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES, DIREITOS AUTORAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL E RESULTADOS

14.1. Durante a vigência do **ACORDO**, as **PARTES** poderão, mediante solicitação prévia, seguida de avaliação interna e decisão superior, ter acesso a materiais, dados, programas, estratégias, sistemas ou outras informações constantes de seus bancos de dados, desde que se configurem necessárias ao cumprimento da parceria;

14.2. As **PARTES** poderão produzir documentos, relatórios, estudos e mapas, assim como produtos específicos, denominados "obras", usando informações dos bancos de dados criados ou produzidos através dos seus esforços individuais ou coletivos com base neste **ACORDO**;

14.3. Salvo se as **PARTES** pactuarem formalmente de modo distinto, os direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual sobre quaisquer dessas obras pertencerão à **PARTE** que as elaborar. Se as obras forem elaboradas conjuntamente, os direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual pertencerão a ambas as **PARTES**;

14.4. Nenhuma das **PARTES** publicará ou distribuirá os resultados das obras elaboradas conjuntamente sem o consentimento prévio da outra, nem sem reconhecer na publicação a sua participação;

14.5. Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste ACORDO e da divulgação de qualquer resultado ou produto relacionado ao presente instrumento, deverão sempre constar as logomarcas e/ou os nomes e/ou as siglas das partes, a saber: **SEMAS** e **FUNBIO**;

14.6. Os nomes e logotipos da **PARTES** equivalem-se a marcas registradas e, como tais, não podem ser utilizadas para nenhum propósito externo sem a prévia autorização de seus proprietários;

14.7. As **PARTES** serão as únicas e exclusivas proprietárias dos resultados técnicos e de todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica que eventualmente decorra do presente **ACORDO**, sejam passíveis ou não de proteção legal através do Direito de Propriedade Intelectual;

14.8. Em se tratando de resultado protegido pelo direito autoral, ficam garantidos às **PARTES** direitos conexos, respeitada a nomeação do autor.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE E DA PUBLICAÇÃO

15.1. A letra do presente **ACORDO** é de natureza pública nos termos da legislação vigente, convencionado entre as **PARTES** sua ampla publicidade e divulgação, especialmente para cumprimento do constitucional Princípio da Publicidade dos Atos Administrativos, da [Lei de Acesso à Informação](#) e de plataforma eletrônica de transparência, conforme [Decreto Estadual nº. 1.835, de 5 de setembro de 2017, artigos 52 e 55](#);

15.2. A publicação resumida deste **ACORDO**, no Diário Oficial do Estado do Pará, ficará sob responsabilidade da SEMAS, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados a partir de sua assinatura, nos termos do parágrafo 5º do artigo 28 da Constituição do Estado do Pará.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS COMUNICAÇÕES

16.1. Considerar-se-ão válidas, para fins de cumprimento deste **ACORDO**, as comunicações expedidas a partir de correio eletrônico de agentes públicos e/ou de terceiros vinculados às **PARTES**, desde que correlacionadas ao Objeto do presente **ACORDO** e às ações e metas estipuladas no respectivo Plano de Trabalho;

16.2. As notificações entre os signatários, relacionadas com este **ACORDO**, deverão ser feitas **prioritariamente** por correio eletrônico (e-mail), ou, na impossibilidade, por escrito ou carta registrada, não sendo consideradas como recebidas aquelas destinadas para outros endereços que não os a seguir mencionados:

	Endereço oficial:
SEMAS/PA:	Travessa Lomas Valentinas, nº. 2.717. Edifício Itacaiúnas, 4º andar, Marco, Belém – PA. CEP 66.093-677.
FUNBIO:	Rua Voluntários da Pátria, nº 286 – 5º andar, Botafogo, Rio de Janeiro- RJ, CEP:22270-014

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

17.1. O presente **ACORDO**, bem como o seu **PLANO DE TRABALHO**, poderão ser alterados a consenso das **PARTES** durante sua vigência, mediante **TERMO ADITIVO**, devidamente justificado, desde que tal interesse reste manifesto previamente por escrito;

17.2. Este **ACORDO** tem como **VEDADA** a alteração da Cláusula “Objeto”;

17.3. Compromissos ou acordos verbais não obrigam as **PARTES** a cumprimento, sendo considerados inexistentes para os fins deste **ACORDO**.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

18.1. Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre as partes, com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente **ACORDO**, as partes concordam, preliminarmente, em solucioná-las administrativamente.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CONDUTA ANTICORRUPÇÃO

19.1. As **PARTES** não praticarão quaisquer atos não explicitamente autorizados por este **ACORDO**, devendo cumpri-lo integral, irrestrita e ininterruptamente ao olhar da [Lei Federal nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), do [Decreto Estadual nº. 2.289, de 13 de dezembro de 2018](#), bem como das demais normas que resguardem os limites de atuação e a moralidade da Administração Pública.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização do presente **ACORDO** serão resolvidos mediante acordo entre as **PARTES**;

14

20.2. Eventual invalidade de qualquer cláusula ou dispositivo contida no presente **ACORDO**, causada por fato superveniente alheio à ingerência das **PARTES**, não prejudicará a validade das demais disposições ora avençadas;

20.3. Ficam as **PARTES** desobrigadas do cumprimento de objetivos, ações e metas ou ressarcimento de prejuízos decorrentes de caso comprovadamente fortuito ou de força maior.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. As dúvidas, controvérsias e litígios que possam decorrer da execução do previsto no presente **ACORDO** e seu(s) Anexo(s) que não tenham sido dirimidos administrativamente, assim o serão na Justiça Estadual do Pará, foro da Comarca de Belém, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. O não-exercício de quaisquer dos direitos ou prerrogativas previstas neste **ACORDO** ou legislação aplicável será tido como ato de mera liberalidade, não constituindo alteração ou novação das obrigações aqui previstas, cujo cumprimento poderá ser exigido a qualquer tempo, independente de comunicação prévia;

22.2. As **PARTES** observarão todas as leis e regulamentos aplicáveis durante a realização das atividades executadas conforme as cláusulas deste **ACORDO** e manterão válidas todas as licenças, autorizações e certidões necessárias ao cumprimento das obrigações aqui assumidas;

22.3. É **VEDADA** a cessão ou a transferência das obrigações deste **ACORDO** a terceiros, total ou parcialmente.

E assim, por estarem justos e acordados, o presente **ACORDO** é assinado eletronicamente pelas partes.



15





JOSÉ MAURO DE LIMA O'DE ALMEIDA

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará –
SEMAS/PA

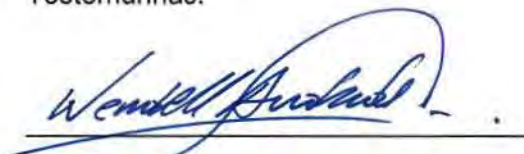
Rosa Maria Lemos de Sá

Rosa Maria Lemos de Sá (11 de October de 2021 18:19 ADT)

ROSA MARIA LEMOS DE SÁ

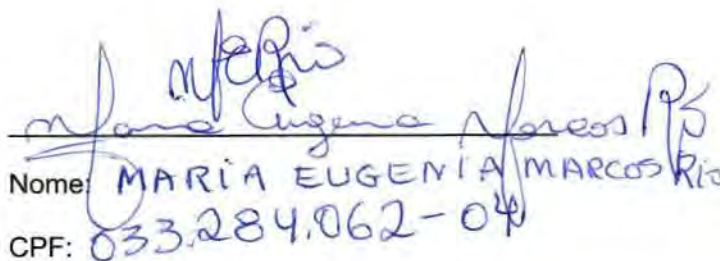
Secretária Geral do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Testemunhas:



Nome: WENDELL ANDRADE DE OLIVEIRA

CPF: 855.840.372-49



Nome:

MARIA EUGENIA MARCOS RIO

CPF:

033.284.062-04

PLANO DE TRABALHO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

1. DADOS GERAIS

Entidade Proponente: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO		CNPJ n.º: 03.537.443/0001-04	
Endereço: Rua Voluntários da Pátria, nº. 286, 5º andar. Botafogo.			
Cidade: Rio de Janeiro	UF: RJJ	CEP: 22.270-014	DDD / Telefone: +55 (21) 2123-5300
Nome do Responsável: Rosa Maria Lemos de Sá		Cargo: Secretária Executiva	
Órgão/Entidade Concedente: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS			CNPJ: 34.921.783/0001-68
Endereço: Travessa Lomas Valentinas, nº. 2.717, Marco.			
Cidade: Belém	UF: PA	CEP: 66.093-677	DDD / Telefone: (91) 3184-3398
Nome do Responsável: José Mauro de Lima O'de Almeida			Cargo: Secretário de Estado



2. DESCRIÇÃO DA COOPERAÇÃO

ACORDO DE COOPERAÇÃO que entre si celebram a SEMAS/PA e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO para a gestão do mecanismo financeiro e operacional Fundo da Amazônia Oriental – FAO, em atenção ao Decreto Estadual nº. 346/2019.	Período de Execução:	
	Setembro de 2021	Setembro de 2026
Identificação do Objeto: Promover de forma inclusiva e transparente e em estreita articulação com o governo do Estado do Pará, o terceiro setor, a iniciativa privada e doadores nacionais e internacionais, a captação, gestão e execução de recursos para o FAO. A parceria tem o objetivo de viabilizar um expressivo investimento no desenvolvimento sustentável de baixa emissão de carbono e na redução do desmatamento no estado do Pará, contribuindo tanto para o desenvolvimento institucional quanto para ações finalísticas no campo, servindo como um modelo de eficiência, eficácia e efetividade para a Pan Amazônia e outros países de regiões tropicais em desenvolvimento.		

3. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

3.1. O Brasil possui a maior extensão de florestas tropicais do mundo, com cerca de 61% de seu território coberto por florestas. O bioma Amazônia é particularmente importante, tanto por abrigar a maior diversidade biológica do planeta, quanto pelo seu potencial de regulação do clima, além de conter mais de 90% do estoque nacional de carbono¹.

3.2. Abrangendo nove estados da federação, a Amazônia Legal brasileira² constitui a maior divisão sociopolítica do país, englobando 60% do território nacional (5,1 milhões de km²), abrigando 14% da população (29,3 milhões de habitantes) e contribuindo com 9% do PIB nacional. Em outras palavras,

¹ Fonte: Serviço Florestal Brasileiro: <https://www.florestal.gov.br/documentos/publicacoes/4261-florestas-do-brasil-em-resumo-digital/file>

² A Amazônia Legal foi inicialmente estabelecida pela Lei No. 1.806 de 1953 como um conceito político, sendo posteriormente expandida com base em estudos realizados pelo Governo Federal para o planejamento econômico e desenvolvimento social da região Amazônica.

realidade Amazônica, garantindo geração de renda, inclusão social e desenvolvimento econômico. Em outras palavras, políticas públicas que apoiem a garantia ao cumprimento da legislação ambiental e a contribuição para o desenvolvimento econômico sustentável do território.

3.8. Diante disso, o Estado do Pará definiu estratégias próprias de implementação de políticas estaduais de combate ao desmatamento, incentivo à produção sustentável e conservação ambiental ao lançar o Plano Estadual Amazônia Agora⁵, que visa principalmente aumentar a eficiência do uso da terra, por meio do comando e controle; promover a regularização das propriedades rurais; enfrentar o desmatamento e as queimadas; e estruturar o financiamento ambiental para a promoção de atividades sustentáveis e de redução das emissões de gases de efeito estufa. Além disso conta com três eixos transversais, que são: comunicação, transparência de dados e gestão participativa; infraestrutura e logística para o desenvolvimento sustentável; e tecnologia da informação, inovação e pesquisa científica.

3.9. Para o eixo de financiamento ambiental uma estratégia pautada na parceria público e privada foi idealizada, que prevê o fortalecimento das políticas públicas e das iniciativas sociais, por meio de um fundo privado com governança pública. Esse fundo será gerido por uma Organização da Sociedade Civil, objeto de seleção do edital a que esse plano de trabalho está vinculado, que funcionará como um mecanismo financeiro e operacional privado para viabilizar as políticas públicas, financiadas por parceiros nacionais e internacionais.

3.10. Essa gestão terá como base as diretrizes e prioridades de aplicação de recursos aprovadas pelo Comitê Gestor do FAO (CGFAO), que é a instância de governança responsável por avaliar periodicamente o desempenho da entidade gestora do mecanismo. Pela nossa experiência, o fortalecimento da sociedade civil nas instâncias de tomada de decisão, participando ativamente de uma governança sólida, é um fator chave de sucesso de um projeto. Além de uma maior transparência e controle, a participação social provê também uma visão crítica e qualificada das diretrizes estabelecidas, assim como da execução das ações da SEMAS e da entidade executora.

3.11. O FAO é um fundo revolvente, baseado em 14 eixos de financiamento, com um eixo destinado a abertura para outras possibilidades, desde que aprovado pelo Comitê Gestor e que esteja em sinergia com seus dois objetivos, que são: redução do desmatamento ilegal e de emissão de Gases

⁵ O Plano Estadual Amazônia Agora foi oficialmente lançado pelo Decreto Estadual nº. 941, de 4 de agosto de 2020 e é coordenado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas).

uma região que possui relevância social e etnológica significativa, além de importância para a conservação da biodiversidade e para o equilíbrio climático.

3.3. Contudo, as mudanças no uso da terra, alavancadas pelo desmatamento no bioma, são a principal fonte de exclusão e violência rural, extinção de espécies e aumento de emissões de gases de efeito estufa no Brasil. Esse cenário teve um declínio no período de 2004 a 2010, momento em que um conjunto de políticas públicas e ações da sociedade civil, resultaram na queda do desmatamento, tais como o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), a Moratória da Soja e as restrições de crédito às atividades vinculadas ao desmatamento, que contribuíram fortemente para esses resultados.

3.4. Porém, nos últimos anos, houve uma inflexão nessa longa trajetória de queda, fazendo com que o índice, a partir de 2016, voltasse a aumentar. Concomitantemente a esse aumento foi observada uma mudança na dinâmica do desmatamento, com um crescimento significativo do desmatamento em pequena escala.

3.5. O Pará, em especial, tem um desafio a mais. Com extensão territorial de 1.245.871 quilômetros quadrados é o segundo maior estado do país, com um território que se compara ao mesmo tamanho que Angola³ e quatro vezes o tamanho da Itália⁴. Além disso, a sua população tem cerca de 8 milhões de habitantes e abriga 9% das florestas tropicais do mundo.

3.6. Contudo, segundo dados da The Nature Conservancy (TNC), o estado liderou entre 2001 a 2018 o desmatamento na Amazônia Brasileira, sendo responsável por 40% do mesmo. Entre 2019 e 2020 o cenário da Amazônia Legal como um todo piorou, apresentando repercussões nacionais e internacionais da alta do desmatamento, acarretado pela flexibilização da legislação ambiental federal, a diminuição das iniciativas de comando e controle, dentre outras.

3.7. Um caminho para a redução de forma duradoura do desmatamento na Amazônia requer a adoção de múltiplas estratégias, tais como o recrudescimento do comando e controle, a criação e consolidação de áreas protegidas, mudanças estruturais no uso e ocupação do território, assim como o fortalecimento e a escalabilidade de alternativas de produção sustentável, compatíveis com a

³ Angola possui uma extensão de 1.247.000 km².

⁴ Itália possui uma extensão de 301.338 km².



3.17. Por ser um fundo revolvante, a estratégia de financiamento será pensada a médio e longo prazo, devendo os recursos serem recompostos sequencialmente pelo aporte de novos financiamentos. O uso e formas de controle desses recursos deverão ser subsidiados por manuais operacionais, os quais conterão regras e procedimentos de execução. Nele estarão previstas orientações gerais sobre: planejamento; governança; prestação de contas técnica e financeira; quitação; estratégia financeira; qualidade/custo de entrega; aprovação da execução; transparência e reponsabilidade; e riscos. Dependendo da origem do recurso captado, manuais operacionais precisarão ser customizados de acordo com as regras dos doadores/financiadores.

3.18. Doadores internacionais estão com uma especial atenção em clima e produção sustentável, com especial predominância para projetos reembolsáveis, como é o caso do *Global Environment Facility* (GEF) e *Green Climate Fund* (GCF), ambas instituições das quais o FUNBIO é agência implementadora. Em muitos casos, projetos de doação têm sido vistos como uma etapa para o acesso a recursos reembolsáveis ou são combinados em uma mesma estratégia denominada *blended finance*, com uma tendência ao aumento de projetos baseados em pagamentos por resultado.

3.19. Deve-se ressaltar que os eixos de atuação identificados para o FAO são significativamente amplos, e suscitarão uma maior diversidade de fontes de recursos e financiadores do que o FAO será capaz de captar individualmente. Sem prejuízo de uma perfeita orquestração entre o planejamento a captação e a execução dos recursos mobilizados pelo FAO e dos demais mecanismos financeiros mobilizados.

3.20. Por isso a execução dos projetos pode ser pensada em diferentes modelos. Além da execução direta, com a compra de bens e contratação de serviços, a execução indireta aparece como uma oportunidade para uma maior aproximação com sociedade civil por meio do financiamento de projetos, que na maioria das vezes ocorre por meio de chamadas de projetos. Em seus 25 anos, o FUNBIO apoiou 278 instituições brasileiras de diferentes portes. Só em 2020 o FUNBIO lançou 10 chamadas de projetos em diferentes programas, totalizando 48 chamadas até essa data. No programa REM MT, que tem a gestão financeira e operacional do FUNBIO, foram apoiados 29 projetos de 26 instituições, que atuam junto a povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e produtores rurais de médio porte (propriedades de até 15 módulos fiscais), por meio do fortalecimento das cadeias produtivas que valorizam a floresta em pé e cadeias ligadas à restauração florestal produtiva, bem como na transformação de cadeias produtivas de maior impacto no desmatamento em cadeias de baixo carbono e com sustentabilidade ambiental.



de Efeito Estufa (GEE) no território paraense; e/ou cumprimento de metas previstas nas políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Estado do Pará.

3.12. Na Administração Pública comumente se utiliza a denominação fundo para contas contábeis, sem personalidade jurídica, capitalizados com recursos públicos orçamentários, com finalidade específicas e previstas em lei. No caso do FAO, trata-se de um fundo privado, também denominado de mecanismo financeiro e operacional, que funciona como intermediário financeiro entre financiadores/doadores e beneficiários/projetos, para o alcance de determinados fins.

3.13. O próprio FUNBIO foi constituído como um mecanismo financeiro e operacional privado, criado com a missão de aportar recursos estratégicos para a conservação da biodiversidade. Na sua trajetória já executou contratações de cerca de USD 816 milhões para o apoio a 340 projetos, 278 instituições beneficiadas e 358 Unidades de Conservação. Uma experiência que pode contribuir significativamente com a estruturação, fortalecimento e execução do FAO.

3.14. Como um mecanismo financeiro e operacional privado, o FAO tem a possibilidade de captar diferentes fontes de recursos financeiros, com vistas a financiar os quatorze diferentes eixos de investimento previstos, criando assim um conjunto de recursos disponíveis ao financiamento. Por ser uma ferramenta de médio/longo prazo, com o objetivo de apoiar programas de longa duração, podem ser pensadas políticas públicas estruturantes, assim como há a oportunidade de agregar um novo olhar para a tradicional ausência de planejamento estatal de longo prazo.

3.15. Isso porque em geral encontramos uma cultura de planejamento frágil por parte dos órgãos públicos, marcada por aspectos como a anualidade, contingenciamentos, descontinuidade de programas e projetos, custos e prazos de execução pouco realistas ou voltados apenas para determinado mandato, entre outros.

3.16. Com base num levantamento das fontes de financiamento existentes, observadas pela perspectiva do volume, acessibilidade e flexibilidade, será possível avaliar em conjunto com o Comitê Gestor, as prioridades de captação e investimentos, conforme proposta inicialmente delineada neste plano de trabalho. Sempre observando a importante diferença entre os recursos públicos e privados, em especial o fato de que este último permite implantar estratégias de curto, médio e longo prazo; com a possibilidade de obtenção de melhores rendimentos de aplicações financeiras; e o favorecimento de um ambiente de conexão de diferentes fontes de financiamento, por meio do *blended finance*.



3.21. A execução via chamada de projetos traz oportunidades para que o apoio a projetos de organizações da sociedade civil possa ir além do mero suporte financeiro. Por exemplo, o FUNBIO, após uma análise da maturidade organizacional e administrativa da instituição selecionada, orienta sua monitoria a acompanhar a adoção de estratégias de superação de gargalos de gestão pelo parceiro. Em alguns casos contrata também consultorias para apoio à execução e fortalecimento institucional, visando a superação de gargalos de execução e a capacitação dos parceiros relevantes para o projeto.

3.22. A última modalidade são os estudos, que são serviços técnicos especializados ofertados no formato de diagnósticos, relatório, publicações ou desenvolvimento de ferramentas que subsidiam a tomada de decisão. Dentre as atividades desenvolvidas está o diagnóstico do ambiente financeiro e desenho de mecanismos e ferramentas que viabilizam o acesso a fontes novas e a sustentabilidade dos mecanismos financeiros de apoio à conservação da biodiversidade.

4. DETALHAMENTO DA PROPOSTA

4.1. Metas e projetos potenciais:

4.1.1. Priorização:

O FAO é composto por 14 diferentes eixos de financiamento e mais um eixo que abre a possibilidade para novas oportunidades. Cada eixo possui diversificadas fontes de recursos que podem compor o fundo e dar resposta às demandas definidas para cada eixo.

Em que pese a importância de todos os eixos, se faz necessário escalonar no tempo os eixos prioritários para cada período determinado, dada não apenas a demanda sobre os financiadores, como também a capacidade de demanda e absorção do órgão estadual. Além disso, por ser uma iniciativa ainda em desenvolvimento, o sucesso desse período inicial é acompanhado de perto pelos parceiros. O enfoque em resultados positivos nesse início pode garantir novas captações e projetos de longo prazo.

A Cooperação internacional aloca globalmente recursos a partir de recortes setoriais, anualmente no componente “Meio Ambiente Geral” são aportados cerca de USD 1,5 bilhão, enquanto em “fornecimento de água e saneamento” são aportados cerca de USD 1 bilhão. A diferença entre setores se dá não somente em volume de recursos, mas principalmente nas condições de acesso a estes recursos. Os valores mobilizados no setor *General Environmental* são aportados em sua maioria como não reembolsáveis, enquanto recursos para “fornecimento de água e saneamento” são reembolsáveis, ainda que em condições favoráveis. Nesse sentido, é fundamental que os ciclos de

23

planejamento/captação reconheçam essas diferenças. Um outro fator que deve ser considerado é que o Brasil, historicamente, se consolidou como um grande receptáculo de recursos da Cooperação Internacional, porém, quando analisamos dados da cooperação percebe-se que temos vivido um ciclo de decréscimo de aportes, passamos de um aporte anual de aproximadamente USD 100 milhões em 2017, para menos de USD 60 milhões em 2019.

Para efeito dessa proposta consideramos ciclos de planejamento propostos no edital de 5 anos, elaboramos um maior detalhamento para o curto prazo, em que temos uma margem esperada de resultados com melhor previsibilidade. Para os cenários de médio e longo prazo as incertezas são maiores, haja vista a turbulência atual de fatores geopolíticos e dos cenários macroeconômicos nacionais e internacionais.

Para planejamentos mais acurados e de longo prazo, é imprescindível o detalhamento da demanda e a valoração financeira para cada eixo. No entanto, não é um exercício fácil. Algumas ações como a validação do CAR e do PRA já passaram por um esforço de valoração. Segundo dados do observatório do Código Florestal, os valores para validação do CAR no estado do Pará podem chegar, no pior cenário, a até R\$ 255 milhões e, no melhor cenário, R\$ 35 milhões. Ainda neste sentido, se considerarmos a formalização dos PRAs, teríamos uma demanda de algo em torno de 18% das propriedades. Não obstante a seriedade do trabalho realizado nesse esforço de valoração, ele não é suficiente para uma precificação confiável ao nível de um projeto a ser captado.

Dado esse cenário, para a fixação de uma meta que podemos perseguir nos próximos 5 anos, optamos por avaliar o tamanho médio de grandes projetos firmados no Brasil recentemente pela Cooperação bilateral. A partir daí, fixamos um *proxy* de USD 10 milhões/ano. Três exemplos com dois diferentes doadores embasam essa meta: Programa REM, EUR 44 milhões, com duração de 5 anos; Fundo Floresta, EUR 31 milhões por 3 anos, ambos com o KFW; e o Programa Copaíbas, USD 45 milhões, com o NORAD, que apesar de possuir 6 anos de contrato, conta com 1 ano de preparação e 5 anos de execução. Por isso, assumimos aqui como pressuposto a possibilidade de captação de um grande projeto de USD 50 milhões para o primeiro ciclo de 5 anos do FAO, junto a múltiplos doadores. Esse projeto deverá assumir um forte viés de controle do desmatamento, por razões que detalharemos a seguir.

Para a fixação de uma meta de captação com fundações nacionais e internacionais, fizemos uma triagem dos principais e atuais atores e fundações entrantes. Identificamos a possibilidade de captação



de até USD 10 milhões, com um viés mais forte para a produção sustentável, em particular as ações relacionadas a pecuária.

A partir dessas premissas, tecemos a seguir uma sugestão de priorização das metas no tempo, levando em consideração o PEAA e a nossa percepção do apetite dos financiadores de apoiar os primeiros anos de estruturação do FAO. Vale ressaltar que essas percepções são apenas insumos que deverão ser validadas pelo Comitê Gestor do FAO.

Outro ponto relevante a ser observado e levado em consideração é que a partir do cruzamento das ações apresentadas no FAO e no PEAA percebemos no detalhamento das ações, que nem todas as atividades listadas demandarão um grande aporte de recursos financeiros, pois se trata de revisão de atos e processos normativos/administrativos.

Para facilitar a organização das metas, fizemos dois recortes recorrentes junto aos doadores. O primeiro trata da separação do que são Ações Finalísticas e o que são ações de Fortalecimento Institucional. Apenas a título de ilustração trazemos exemplos que facilitam o entendimento da aplicação do conceito para efeito dessa proposta. Ações finalísticas (AF) são aquelas que acontecem em campo, com eventual engajamento de outros atores, como por exemplo uma ação de fiscalização em campo ou o apoio a implantação de sistemas agroflorestais (SAFs). Já ações de Fortalecimento Institucional (FI) são aquelas que geram um efeito positivo de forma indireta, como por exemplo o aperfeiçoamento de normas e procedimentos, a aquisição de equipamentos e infraestrutura, ou sistemas de monitoramento. Em projetos como o REM, o balanço adotado foi de 60% dos recursos para as ações finalísticas e 40% para as ações de fortalecimento institucional. Para efeito dessa proposta, entendemos que o balanço de metas de 50% para cada grupo de ação seria mais apropriado. Ressaltando que esse ajuste necessariamente passará por revisões em um segundo momento, junto à Governança do FAO e aos doadores.

O segundo recorte, diz respeito a conceitos recém-cunhados de **Aceleração do Desenvolvimento Sustentável** e de **Freio ao Desmatamento**, nos quais as ações de fomento produtivo se enquadram no primeiro grupo e as ações de comando e controle se configuram como freio ao desmatamento. Para efeito do desenho das metas dos primeiros 5 anos, levamos em consideração o atual comportamento dos doadores bi e multilaterais que tem no pagamento por resultados o novo paradigma de financiamento, em oposição ao reconhecimento do "carbono vintage" (ou seja, emissões reduzidas previamente). Neste sentido e dada a necessidade de demonstrar novas curvas de abatimento com resultados de curto prazo ambiciosos, que permitam o posicionamento diferenciado do FAO em

mecanismos como o LEAF, sugerimos um balanço para o primeiro ciclo do FAO de 60% freio do desmatamento e 40% aceleração do desenvolvimento. Isso porque as ações de Comando & Controle possuem uma maior eficácia de curto prazo, apesar de uma permanência menos eficiente quando comparadas as ações de aceleração.

Vale ressaltar que existe uma linha tênue que separa essa categorização e que em um segundo momento será necessária a discussão não só da classificação aqui elaborada, como também do balanço proposto. Essa organização incide sobre o total de recursos captados e serve única e exclusivamente para a priorização das ações.

Projeto 1 – Valores, prazos e divisão do apoio

Valor até USD 50 milhões, duração 5 anos, principais eixos do FAO:	Fortalecimento Institucional (FI) / Ação Finalística (balanço 50%)	Aceleração do Desenvolvimento (AD) / Freio do Desmatamento (FD) (balanço 40%/60%)
Ordenamento ambiental, fundiário e territorial do Estado;	FI	AD
Fortalecimento dos instrumentos de gestão ambiental integrada, a exemplo do Zoneamento Ecológico Econômico, do Cadastro Ambiental Rural e dos Comitês de Bacias Hidrográficas, e congêneres;	FI	FD
Capacitação de agentes públicos e a modernização da Gestão Administrativa dos órgãos componentes do Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA);	FI	FD
Fortalecimento dos instrumentos de governança e transparência para o controle social de políticas públicas;	FI	FD
Implementação e consolidação de áreas protegidas;	AF	FD
Tecnologia da informação, inovação, pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e social;	AF	AD
Manejo florestal sustentável e gestão de florestal públicas;	AF	AD

Promoção da conservação ambiental e do uso sustentável dos ativos da biodiversidade;	AF	AD
Promoção de atividades e cadeias econômicas sustentáveis pautadas no uso e aproveitamento dos recursos naturais;	AF	AD
Recuperação de áreas degradadas e o incremento de estoques florestais.	AF	AD
Controle, monitoramento e fiscalização ambiental.	AF	FD

Projeto 2 – Valores, prazos e divisão do apoio

Valor até USD 10 milhões, duração 4 anos, principais eixos do FAO:	Fortalecimento Institucional (FI) / Ação Finalística (balanço 20%/80)	Aceleração do Desenvolvimento (AD) / Freio do Desmatamento (FD) (balanço 0%/100%)
Ordenamento ambiental, fundiário e territorial do Estado;	FI	AD
Fortalecimento dos instrumentos de gestão ambiental integrada, a exemplo do Zoneamento Ecológico Econômico, do Cadastro Ambiental Rural e dos Comitês de Bacias Hidrográficas, e congêneres;	FI	AD
Incremento de produtividade de cadeias produtivas agrossilvipastoris;	AF	AD
Promoção da conservação ambiental e do uso sustentável dos ativos da biodiversidade;	AF	AD
Promoção de atividades e cadeias econômicas sustentáveis pautadas no uso e aproveitamento dos recursos naturais;	AF	AD

Projeto 3 – Valores, prazos e divisão do apoio

Valor até USD 5 milhões, duração 4 anos, principais eixos do FAO:	Fortalecimento Institucional (FI) / Ação Finalística (balanço 50%)	Aceleração do Desenvolvimento (AD) / Freio do Desmatamento (FD) (balanço 0%/100%)
Infraestrutura e logística para o Desenvolvimento Sustentável;	FI	AD
Fortalecimento dos instrumentos de gestão ambiental integrada, a exemplo do Zoneamento Ecológico Econômico, do Cadastro Ambiental Rural e dos Comitês de Bacias Hidrográficas, e congêneres;	FI	AD
Promoção da agenda de qualidade ambiental nas cidades paraenses, em especial as voltadas ao saneamento ambiental e à gestão de resíduos sólidos;	AF	AD
Outros temas relativos ao Decreto Estadual nº. 346/2019: (ex.: inserção digital da produção sustentável.)	AF	AD

Conforme descrito na tabela anterior, a tendência do financiamento através da cooperação bi e multilateral é que essa seja pautada por mecanismos de pagamento por resultado. Neste sentido, as projeções de captação de novos recursos para o médio (10 anos) e longo (15 anos) prazos podem ser precificadas de forma agregada a partir das metas de redução das emissões brutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) do setor "Mudança de Uso da Terra e Florestas", explicitas no PEAA, a saber, 37% da média da linha de base até 2030 e 43% até 2015⁶.

A partir dos dados constantes na tabela do Anexo 1, do Decreto Estadual nº. 941/2020, percebe-se que, uma vez alcançadas as metas de desmatamento evitado descritas acima e a redução de emissões de GEE realizada o Estado do Pará teria em 2035, efetivado uma redução de emissões da ordem de 103 milhões/TCO₂eq. Considerando dois cenários de preço da TCO₂eq, respectivamente USD 5 a USD 10, é possível estimar um potencial de captação de pagamento por resultado entre de USD 515 milhões

⁶ Decreto Estadual nº. 941, de 3 de agosto de 2020, Seção III – Das Metas Art. 10, § 1º e § 2º. [\(2020-08\) Decreto 941-2020 \(Plano Estadual Amazônia Agora\) vDOE.pdf – Google Drive](#)




e USD 1 bilhão.

Vale ressaltar que estas estimativas de captação foram estabelecidas a partir de premissas frágeis, e que, necessariamente, deverão ser confirmadas em uma análise mais aprofundada. Também não parece a melhor estratégia calcar todo a expectativa de captação em uma única fonte de recursos.

Por outro lado, os números acima apresentados demonstram o alto potencial de captação do FAO/PA e mesmo as atividades complexas e altamente custosas como a formalização dos CAR/PRA poderiam ser, em boa parte custeadas pelo FAO/PA. Resta o desafio de criar formas de alavancagem desses recursos, a partir de uma diversidade de fontes ou de antecipação dessas "receitas". Um caminho pode ser a criação de um mercado de "futuros", com o lançamento de *Green Bonds*, por exemplo, ou outros recebíveis que possibilitariam o financiamento agora necessário para o alcance da performance esperada em 2035.

4.1.2. Estruturação e manualização:

Para que o fundo se estruture, uma fase inicial de organização documental precisará ser realizada, que responda aos principais pontos a seguir elencados:

Tabela 1: Itens necessários à estruturação do FAO

TÓPICO	ITENS
Destinação dos Recursos	<ul style="list-style-type: none">– Limites legais;– Escopo;– Critérios de seleção.
Governança e Transparência	<ul style="list-style-type: none">– Tomada de decisão;– Gestão operacional;– Procedimentos;– Principais interlocutores;– Regras de segurança;– Forma de comunicação.
Execução	<ul style="list-style-type: none">– Planejamento (indicadores, linha de base etc.)– Qualidade– Aprovação– Precificação

Monitoramento e Impacto	<ul style="list-style-type: none">– Modalidades;– Ganho de escala;– Conteúdo mínimo– Periodicidade.
-------------------------	--

Esses pontos serão transformados em políticas e manualizados, servindo como base de consulta sobre as normas e procedimentos do FAO. Contudo, alguns doadores possuem regras próprias de planejamento, execução, prestação de contas e monitoramento. Nesses casos, o Manual Operacional do FAO poderá ser customizado em favor das regras do doador.

4.1.3. Plano de Comunicação:

Com base em todos os elementos descritos nesse plano de trabalho, a estratégia de comunicação observará os objetivos do fundo, a finalidade a ser atingida, as diretrizes estabelecidas, as modalidades de captação escolhida, as fontes de recurso a serem trabalhadas e uma aproximação dos doadores.

Numa primeira rodada de aproximação dos doadores será apresentado o FAO, com documentos que expliquem as suas principais características, objetivos e finalidade. É preciso sentir a receptividade dos parceiros para a iniciativa. Posteriormente serão elaborados notas conceituais e/ou documentos mais detalhados, que se adequarão no modelo de financiamento do doador. Reuniões bilaterais serão necessárias, sendo importante destacar que negociações com organismo internacionais tendem a demorar entre um a dois anos.

A aproximação com empresas nacionais que tenham atuação na região deverá ser realizada, tanto para apresentar o FAO como uma opção voluntária quanto para obrigações compulsórias. Para isso serão necessários materiais explicativos contendo informações sobre: planejamento, governança, procedimentos, prestação de contas, qualidade da entrega, aprovação da execução, transparência e riscos.

A comunicação fornecerá ferramentas e documentos que subsidiarão a estratégia de captação, entendendo que ela é a forma como é transmitida a imagem desejada para o público de fora. Não se trata de propaganda, mas sim de facilitar a cooperação e colaboração com as outras partes interessadas e apresentar uma imagem favorável do FAO.

4.1.4. Matriz de metas de curto prazo:

Meta	Ação	Descrição da Ação	Produto/ Resultado Esperado	Responsável / Ponto Focal	Cronograma
Elaboração Manual de Gestão Operacional e Financeira do FAO	Elaborar Manual de Gestão Operacional e Financeira do FAO	Elaborar, com base nas orientações contidas no Edital de Chamamento e no Decreto nº 346/2019 1 (um) Manual de Gestão Operacional e Financeira do FAO que será submetido à análise e aprovação do CGFAO, a fim de servir como instrumento técnico orientativo às ações da OSC durante a execução do objeto da parceria.	Manual de Gestão Operacional e Financeira do FAO	Funbio elabora, Comitê Gestor/ FAO aprova	1º trimestre/202 2
Elaboração Plano de Comunicação do FAO	Elaborar Plano de Comunicação do FAO	Elaborar, com base nas orientações contidas no Edital de Chamamento e no Decreto nº 346/2019 1 (um) Plano de Comunicação que apresente nos níveis estratégico, tático e operacional, a atuação da OSC em favor da captação de recursos para a estruturação do FAO enquanto mecanismo privado de colaboração pública.	Plano de Comunicação do FAO	FUNBIO com apoio SEMAS/PA, Comitê Gestor/ FAO aprova	4º trimestre/202 1 (dependente da validação do plano de metas e captação, mas pode ser reduzido)
Elaboração de Plano de Captação de Recursos	Elaborar de Plano de Captação de Recursos	Elaborar, com base nas orientações contidas no Edital de Chamamento e no Decreto Estadual nº. 346/2019 1 (um) Plano de Captação de Recursos privados, nacionais e internacionais a serem recepcionados pelo FAO.	Plano de Captação de recursos, a fim de desenvolver o FAO e ampliar seu alcance e efetividade.	FUNBIO com apoio SEMAS/PA	Periodicidade quinquenal (com revisão bianaual), com o primeiro ciclo no quarto trimestre

Projetos de captação	Elaborar projetos com base no PEAA e plano de captação, junto a estrutura de governança do FAO	Elaborar três projetos de diferentes faixas de financiamento e objetivos, visando a cooperação bi e multilaterais e fundações nacionais e internacionais	Projeto 1. Elaboração de 1 projeto de até USD 50 milhões para múltiplos doadores da cooperação bi e multilateral;	SEMAS/PA e Funbio	2º semestre/2021
			Projeto 2. Elaboração de um projeto priorizando a produção sustentável de até USD 10 milhões para múltiplos doadores de fundações privadas nacionais e internacionais;	SEMAS/PA e Funbio	2º semestre/2021
			Projeto 3. Elaboração de projeto de qualidade ambiental e logística sustentável de até USD 5 milhões junto a fundações internacionais.	SEMAS/PA e Funbio	1º semestre/2022
Plano de investimentos	Elaborar plano de investimentos	Elaborar um plano de investimento dos recursos captados, com base nas orientações do Comissão de Gestão de Ativos do Funbio, Comitê Gestor e doador	Plano de investimento aprovado pelo Comitê Gestor	FUNBIO com apoio SEMAS/PA elabora, Comitê Gestor/ FAO aprova	Início na primeira captação
Capitalização dos recursos	Capitalizar os recursos do FAO.	Capitalizar os recursos do FAO considerando o volume de recursos disponível e o tempo de residência destes nos investimentos realizados	Capitalização realizada conforme plano de investimento aprovado	Funbio	Início na primeira captação

Seleção de projetos oriundos da sociedade civil	Selecionar projetos oriundos da sociedade civil.	Lançar e conduzir editais para o processo seletivo de projetos oriundos da sociedade civil a serem financiados pelos recursos do FAO.	Seleção de projetos oriundos da sociedade civil, aptos a serem financiados pelos recursos do FAO.	FUNBIO com apoio SEMAS/PA elabora, Comitê Gestor/ FAO aprova	Quatro a seis meses a partir do desembolso de recursos
Seleção de projetos oriundos de Governos Estadual e Municipais	Selecionar projetos oriundos de Governos Estadual e Municipais.	Lançar e conduzir editais para o processo seletivo de projetos Governos Estadual e Municipais a serem financiados pelos recursos do FAO.	Seleção de projetos oriundos de Governos Estadual e Municipais aptos a serem financiados pelos recursos do FAO.	FUNBIO com apoio SEMAS/PA elabora, Comitê Gestor/ FAO aprova	Quatro a seis meses a partir do desembolso de recursos
Criação de Banco de Projetos financiáveis pelos recursos do FAO	Criar Banco de Projetos financiáveis pelos recursos do FAO	Criar, com base nos resultados dos processos seletivos, 1 (um) Banco de Projetos financiáveis pelos recursos do FAO.	Banco de Projetos	FUNBIO com apoio SEMAS/PA elabora, Comitê Gestor/ FAO aprova	Quatro a seis meses a partir do desembolso de recursos





4.2. Previsão de Receitas:

4.2.1. Estratégia de Financiamento:

A estratégia de financiamento, a qual engloba a receita e o plano de comunicação, envolve um conjunto de aspectos que se inter-relacionam e nos permitem delinear o melhor caminho a ser seguido. A seguir, traremos os principais pontos a serem observados e que oferecem um olhar sobre as diferentes possibilidades a serem seguidas.

Importante destacar, no entanto, que fundos privados, como o FAO, não pretendem substituir o papel do setor público no financiamento das políticas públicas associadas ao desenvolvimento socioeconômico regional sustentável, uma vez que estes são essenciais e possuem volumes expressivos. Os fundos privados têm o potencial de oferecer recursos complementares, que tenham maior flexibilidade e atuem como catalisadores de novas oportunidades.

Nesse sentido existem diferentes formas de atuação do fundo, dada as características e complexidade da demanda, que orientam os limites, responsabilidades e processos associados. Por exemplo, existem agendas que são tipicamente do Poder Público, podendo o fundo atuar como um indutor das demandas, porém não como substituto. Nesses casos o fundo privado pode elaborar projetos e facilitar o diálogo para a captação de recursos que preparem a atividade para ser executada pelo Poder Público. São os casos das obras de saneamento, que geralmente demandam expressivos volumes de recursos financeiros, financiados por meio de empréstimos, em que o Estado avalia e se compromete com a sua capacidade de endividamento. Nesse tipo de agenda o fundo pode ser um indutor, seja por meio de estudos, pelo apoio à captação junto do IFC, BID, etc.; dentre outras atividades. Porém não será o implementador, dada a natureza jurídica desse tipo de financiamento.

Em outros casos o fundo será o implementador, com a função não apenas de prospecção, captação e planejamento, mas também execução. Nesses casos o fundo atua no ambiente privado, em complementariedade às políticas públicas e em convergência com estas.

Em seguida apresentamos na Tabela 1 um exercício em que destacamos o papel do FAO, se indutor ou implementador, de acordo com os eixos definidos na legislação do estado:

Tabela 1: Classificação dos eixos de financiamento do FAO por forma de atuação.

Eixo	Indutor ou implementador
------	--------------------------

Ordenamento ambiental, fundiário e territorial do Estado	Indutor
Implementação e consolidação de Áreas Protegidas	Implementador
Controle, o monitoramento e a fiscalização ambientais	Indutor e implementador
Manejo florestal sustentável e a gestão de florestas públicas	Implementador
Promoção da conservação ambiental e do uso sustentável dos ativos de biodiversidade, especialmente o incentivo aos serviços ecossistêmicos	Implementador
Promoção de atividades e cadeias econômicas sustentáveis pautadas no uso e aproveitamento dos recursos naturais	Indutor e implementador
Incremento de produtividade de cadeias produtivas agrossilvipastoris	Indutor
Recuperação de áreas degradadas e o incremento de estoques florestais	Indutor e implementador
Promoção da agenda de qualidade ambiental nas cidades paraenses, em especial as voltadas ao saneamento ambiental e à gestão de resíduos sólidos	Indutor
Fortalecimento dos instrumentos de gestão ambiental integrada, a exemplo do Zoneamento Ecológico Econômico, do Cadastro Ambiental Rural e dos Comitês de Bacias Hidrográficas, e congêneres	Indutor e implementador
Capacitação de agentes públicos e a modernização da Gestão Administrativa dos órgãos componentes do Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA)	Indutor e implementador
Fortalecimento dos instrumentos de governança e transparência para o controle social de políticas públicas	Indutor
Infraestrutura e logística para o Desenvolvimento Sustentável	Indutor
Tecnologia da informação, inovação, pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e social	Indutor e implementador

Conforme o FAO for se estruturando e o Comitê Gestor se consolidando, diferentes estratégias poderão ser validadas, em complemento a essa proposta inicial e que deverão ser alinhadas com os diversificados perfis de investimento que compõem os quatorze eixos de fundo. Dependendo do perfil, poderão ser construídas agendas de médio e longo prazo, variando com o tipo de atuação que se deseja atingir e os objetivos das fontes de financiamento.

Um primeiro aspecto a ser observado é que a estratégia de financiamento se compõe de três pontos importantes, que são a compreensão da demanda financeira e do investimento existente, para que consigamos compreender a lacuna de investimento para o eixo a ser focado.




RMLS
RMLS



Um dos aspectos essenciais é entender a demanda por eixo, pois muitas vezes essas informações não estão sistematizadas, isto é, falta uma valoração econômica de todos os elementos que compõem a demanda. Por isso, mesmo quando há uma linha de base, antes de começar qualquer interferência num território é importante ouvir parceiros, interessados e beneficiários da atuação.

Após essa fase, inicia-se a análise sobre o perfil dos gastos (investimento, correntes etc.); o ciclo de vida do que se vai financiar; e a capacidade de absorção de recursos por parte dos executores. Isso porque conhecer o ambiente e validar os resultados apoia a construção de estratégia efetivas.

4.2.2. Fontes de Financiamento:

Um outro aspecto importante para a elaboração das estratégias é a compreensão sobre a natureza das fontes de financiamento e o que isso significa. Compreender a natureza dos recursos e as implicações incidentes sobre cada modalidade é um passo importante, uma vez que a natureza jurídica dos recursos nos ajuda a compreender as regras incidentes sobre estes e os procedimentos a serem tomados para o apoio às políticas públicas.

Dentro do ambiente privado, as fontes de recursos possuem diferentes origens, que implicam em diferentes modalidades de captação, como apresentado na Figura 1.

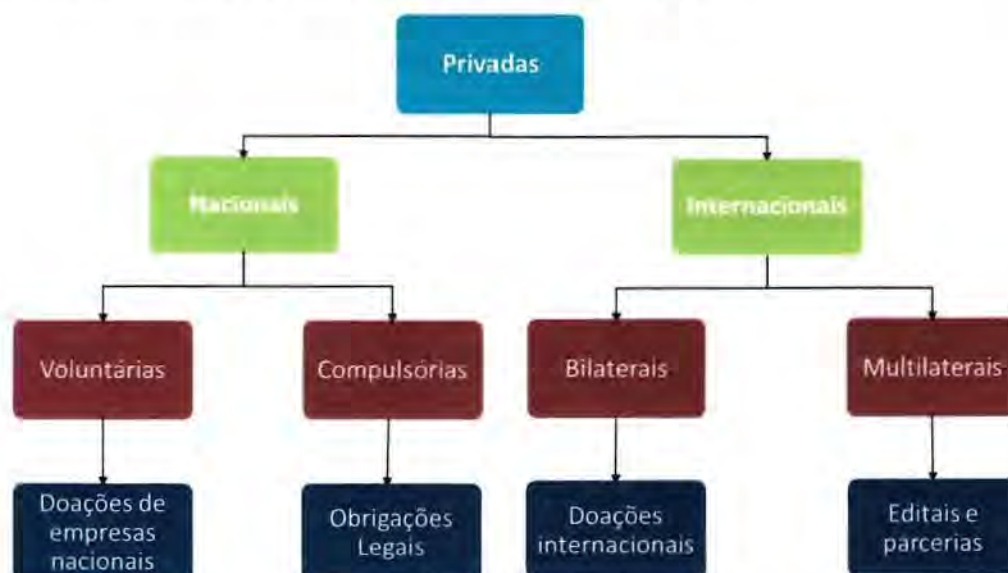


Figura 1: Fontes de recursos e modalidades de captação, dentro do ambiente privado.



A partir dessas origens são divididas as modalidades de captação, que serão apresentadas a seguir. Cada modalidade apresenta fontes próprias, que compostas delinearão um olhar de longo prazo para a sustentabilidade financeira.

A seguir os principais pontos a serem observados para o planejamento:

- **Objetivos**

O objetivo é a construção de estratégias de captação de recursos para os eixos de financiamento do FAO, que busquem:

I – a redução do desmatamento ilegal e de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) no território paraense; e/ou

II – o cumprimento de metas previstas nas políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Estado do Pará.

- **Finalidade**

Atingir os seguintes eixos de financiamento, em conformidade Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS):

I – o ordenamento ambiental, fundiário e territorial do Estado;

II – a implementação e consolidação de Áreas Protegidas;

III – o controle, o monitoramento e a fiscalização ambientais;

IV – o manejo florestal sustentável e a gestão de florestas públicas;

V – a promoção da conservação ambiental e do uso sustentável dos ativos de biodiversidade, especialmente o incentivo aos serviços ecossistêmicos;

VI – a promoção de atividades e cadeias econômicas sustentáveis pautadas no uso e aproveitamento dos recursos naturais;

VII – o incremento de produtividade de cadeias produtivas agrossilvipastoris;

VIII – a recuperação de áreas degradadas e o incremento de estoques florestais;

IX – a promoção da agenda de qualidade ambiental nas cidades paraenses, em especial as voltadas ao saneamento ambiental e à gestão de resíduos sólidos;

X – o fortalecimento dos instrumentos de gestão ambiental integrada, a exemplo do Zoneamento Ecológico Econômico, do Cadastro Ambiental Rural e dos Comitês de Bacias Hidrográficas, e congêneres;

XI – a capacitação de agentes públicos e a modernização da Gestão Administrativa dos órgãos componentes do Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA);

XII – o fortalecimento dos instrumentos de governança e transparência para o controle social de políticas públicas; e

XIII – infraestrutura e logística para o Desenvolvimento Sustentável;

XIV – tecnologia da informação, inovação, pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e social;

XV – outros temas na área ambiental que se mostrem consoantes aos objetivos estabelecidos no art. 1º do Decreto, na forma que deliberar o Comitê Gestor do Fundo da Amazônia Oriental.

- **Princípios**

- Transparência;
- Governança participativa e adaptativa;
- Respeito a identidade regional;
- Cooperação;
- Confiabilidade;
- Credibilidade;
- Legalidade;
- Agilidade;
- Eficiência, eficácia e efetividade

4.2.3. Modalidade de captação:

Conforme apresentado na Figura 1, as diferentes origens das fontes de recursos dentro do ambiente privado, implicam em modalidades de captação distintas, que são descritas a seguir.



4.2.3.1. Doações de empresas nacionais:

Diálogos com o setor privado vêm indicando uma disponibilidade para o apoio a projetos estruturantes de longo prazo, que mesclam mais de uma fonte de financiamento, favorecendo assim estratégias de longo prazo. Inicialmente podemos elencar algumas empresas que se destacam no apoio e disponibilidade de construção de novas agendas. São elas:

- Vale
- JBS
- Natura
- Itaú
- Bradesco
- Cargill

Ainda no âmbito privado voluntário, iniciativas como o pagamento por serviços ambientais, as concessões e as Parcerias Público-Privadas (PPP) são também oportunidades a serem exploradas.

4.2.3.2. Doações internacionais

A cooperação internacional é um dos grandes destaques no financiamento ambiental brasileiro. Por anos os recursos não reembolsáveis têm dado suporte há diversificadas iniciativas e projetos. Há uma tendência de mudança desse tipo de investimento para o *blended finance*, ou seja, a composição de diferentes fontes, e em projetos reembolsáveis. Porém alguns países ainda demonstram interesse na cooperação, tais como:

- Governo da Noruega;
- Governo da Alemanha;
- Governo dos EUA;
- Governo do Reino Unido (UK)

4.2.3.3. Editais e Parcerias

Diferentes parceiros multilaterais também estão presentes no Brasil com diversificadas iniciativas. Atualmente o GEF-8 está em definição e o GCF se apresenta como uma fonte de iniciativa



RMLS
RMLS



promissora para recursos florestais. A seguir alguns dos parceiros que podem ser acessados por meio de parcerias ou editais:

- Banco Mundial;
- BID;
- Global Environment Facility (GEF);
- Green Climate Fund (GCF);
- Norad (NICFI);
- Nama Facility.

4.2.3.4. Obrigações legais e outros instrumentos financeiros

Uma série de obrigações privadas decorrem de previsões dispostas no arcabouço legal brasileiro. São instrumentos econômicos, em geral associados ao licenciamento ambiental, que vinculam o responsável pela atividade ou empreendimento a uma execução ou pagamento de valor certo. Nesse grupo poderiam entrar os Termos de Ajustamento de Conduta, que apesar de não serem uma obrigação legal *stricto sensu*, são uma responsabilidade advinda de um acordo realizado com base num impacto negativo.

- Compensação Ambiental prevista na Lei do SNUC
- Compensações Ambientais Pontuais
- Compensação de reserva legal
- Reposição Florestal
- Troca de Dívida por Natureza
- *Green bonds*

Apesar de o FAO ser um fundo revolvente, durante a sua implementação novas possibilidades de gestão financeira poderão ser pensadas e testadas, conforme os recursos forem sendo captados. Para isso o FUNBIO conta com uma comissão de gestão de ativos, que poderá avaliar a natureza e o tempo que o recurso precisa ficar parado, para então apresentar diferentes estratégias financeiras para o Comitê Gestor do FAO.

A comissão de gestão de ativos orienta e aprova ações do gestor de ativos do FUNBIO, conforme acordado com o Comitê Gestor do FAO, permitindo a criação de carteiras de investimentos específicas para as finalidades dos fundos existentes e conforme a Política de Investimentos acordada. Isso favorece a ampliação da efetividade, por meio de planejamentos baseado em metas e métricas definidos com os parceiros.

Além disso, o gestor de ativos abre e movimenta as contas bancárias e ativos financeiros, em nome do FUNBIO, tornando disponíveis, nos prazos e locais indicados, os recursos requisitados pelo FUNBIO, de acordo com a programação financeira prevista e o fornecimento de informações que possibilitem o acompanhamento de resultados dos investimentos, permitindo que o FUNBIO realize o planejamento de gastos futuros dos projetos. Sempre com o suporte de pesquisas e análises de mercado para aplicações sistematicamente realizadas, visando com isso desenvolver estratégias de longo prazo, e táticas, de curto prazo, para a aplicação dos recursos do FAO.

Por isso sugere-se que ciclos de monitoramento e planejamento sejam realizados, permitindo reavaliar metas e avaliar o alcance dos objetivos.

4.3. Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas:

O FAO é um fundo ainda em estruturação, com um potencial significativo para captação de recursos e ao menos quatorze diferentes eixos de atuação. Isso significa que diferentes formas de execução poderão vir a ser adotadas, dependendo da priorização delineada pelo Conselho Gestor, pela demanda detalhada pela SEMAS e pelas condições estabelecidas pelo doador/financiado.

A metodologia proposta pelo FUNBIO envolve a disponibilização das diferentes formas de execução dos projetos realizada pela instituição, além das ferramentas de planejamento, gestão e gerenciamento financeiro disponíveis para a execução dos projetos a serem executados pelo FAO. Agrega-se a essas ferramentas institucionais os canais de gestão de conflito de interesse, a auditoria interna com a constante revisão dos processos e conformidade que vem sendo paulatinamente incorporado no dia-a-dia. Já o monitoramento e o suporte logístico serão objeto de ponto específico nesse plano de trabalho.

Para a execução dos projetos a serem apoiados pelo FAO serão disponibilizados três formatos gerais de execução, que em linhas gerais podem ser definidos da seguinte forma:

– **Execução direta:** modalidade pela qual o FUNBIO realiza diretamente as compras e contratações



de bens, serviços, consultorias e insumos;

– **Execução indireta:** modalidade pela qual são realizadas Chamadas de Projetos para seleção e contratação de instituições para a execução de subprojetos que receberão o repasse de recursos financeiros por meio de desembolsos e monitoramentos feitos pelo FUNBIO, seguindo os critérios definidos e acordados com o financiador.

Estudos técnicos: modalidade pela qual o FUNBIO realiza estudos técnicos sobre financiamento e sustentabilidade financeira, em suporte às estratégias delineadas no âmbito do FAO.

A seguir relataremos o processo operacional de cada uma das modalidades de execução:

4.3.1. Execução direta

A execução direta tem como ferramenta central o sistema online do FUNBIO, o Cérebro 2.0, por meio do qual serão feitas as solicitações dos insumos planejados pelas unidades executoras nos seus Planos Operativos. Toda a interação com a SEMAS e seus parceiros, incluindo a operacionalização (solicitações, remanejamentos, entre outros), aprovações das diferentes instâncias e o preenchimento dos Termos de Recebimento de bens e serviços (TRs) se dá pelo sistema, conferindo transparência, rastreabilidade e maior agilidade a essas etapas.

O FUNBIO realizará capacitações para os representantes das unidades executoras, trazendo técnicos especialistas nos procedimentos de aquisições e contratações e na utilização do sistema Cérebro no início da implementação do Projeto e ao longo de sua execução, conforme necessário. Vale ressaltar que o FUNBIO já atua dessa forma junto a todos os OEMAs da região Amazônica, tendo mais de 1.500 parceiros executores capacitados desde 2004, o que reduz sobremaneira os custos de transação da etapa de capacitação.

No Sistema Cérebro, cada projeto possui uma “árvore” (estrutura) que é detalhada até o nível de insumo. A Figura 2 a seguir mostra a interface do planejamento no Cérebro ao nível de insumos, incluindo o Plano Operativo (canto superior esquerdo), o controle de saldo por insumo (canto inferior esquerdo) e o detalhamento do insumo a ser solicitado (lado direito).

Figura 2. Interface do planejamento no sistema Cérebro 2.0 do FUNBIO.

Componente: 02 - 2. Consolidação e Gestão das Unidades de Conservação

SubComponente: 02.01 - 2.1.1 Consolidação de Unidades de Conservação (tipo II)

Projeto: 02.01.10 - RESERVA EXTRATERRA TAPAJUN SARAQUIN

SubProjeto: 02.01.10.32 - Operacionalização

Indicador: 02.01.10.32.37 - A UC conta com os equipamentos necessários para a implementação dos programas de manejo. Os equipamentos incluem manutenção preventiva e corretiva adequada

Açúcar: 02.01.10.32.37.530 - Aquisição de equipamentos

Tarefa: 02.01.10.32.37.530.520 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA E ESTRUTURAÇÃO DE SEDE ADMINISTRATIVA E BASES AVANÇADAS DE APOIO AS ATIVIDADES DE CAMPO

Descrição do Trabalho:

Descrição: Aquisição de equipamentos para a implementação dos programas de manejo.

Apresentação: Aquisição de equipamentos para a implementação dos programas de manejo.

Manutenção de equipamentos: Aquisição de equipamentos para a implementação dos programas de manejo.

Despesa planejada: R\$ 77.737,00

Situação financeira: R\$ 77.737,00

Previsão: R\$ 77.737,00

Data para exclusão do orçamento:

Mês/Ano: 11/2015

Valor: R\$ 77.737,00

Mês/Ano	Cód	Total	Status
11/2015	1	77.737,00	

Resumo:

Total	Plano	Realizado
0	R\$ 0,00	R\$ 77.737,00

Classificação:

Fonte de recurso: 11 - Função de Transição ad-hoc

Categoria: 11 - Função de Transição ad-hoc

Centro de custo: 11 - Função de Transição ad-hoc

Vínculo: 11 - Função de Transição ad-hoc

Produto: 11 - Função de Transição ad-hoc

Resumo por especificação:

O FUNBIO oferecerá todo o suporte técnico necessário aos executores nos procedimentos para a contratação dos serviços e consultorias planejados, assim como nas especificações dos bens a serem adquiridos, para alcance dos resultados.

Para a solicitação de bens de consumo duráveis e semiduráveis, frequentemente adquiridos, serão utilizadas, preferencialmente, especificações padrão. O FUNBIO avaliará a adequação destas à realidade do projeto e seus beneficiários, conforme as regras estabelecidas pelo doador/ financiador e os procedimentos a serem acordados nos manuais operacionais do FAO.

A seleção das especificações padrão é feita já durante a elaboração dos Planos Operativos, e possibilita a solicitação automática dos bens no sistema, otimizando a execução do projeto. Nesse



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**



FUNBIO
**FUNDO BRASILEIRO PARA A
BIODIVERSIDADE**



procedimento, a SEMAS planeja o bem já com a previsão de entrega. A experiência do FUNBIO mostrou que as solicitações automáticas aumentam em até 40% a execução dos projetos. Nesse caso, o aceite dos bens com especificação padrão é realizado no momento da sua solicitação, dado que a aquisição seguirá as especificações técnicas já pré-definidas.

No caso de insumos que não possuem especificação padrão, o solicitante deverá inserir o termo de referência ou especificação técnica no momento da solicitação no sistema. Termos de referência complexos poderão demandar a mobilização do banco de consultores *ad hoc* do FUNBIO.

Todas as solicitações seguem um fluxo de aprovação no sistema, pré-definido no Manual Operacional do Projeto, aprovado pelo Comitê Gestor do FAO. As instâncias de aprovação variam conforme a organização institucional e a governança a ser adotada pelo FAO e acordada com os doadores/financiadores.

As informações são inseridas no Cérebro 2.0, que é integrado a um sistema ERP interno (TOTVS/RM) e, após a aprovação da solicitação por todas as instâncias, esta é encaminhada automaticamente à área de Compras, que dará prosseguimento à aquisição ou contratação.

A execução dos processos de seleção e contratação de serviços, consultorias e bens será realizada pela equipe do FUNBIO, que conta com cerca de 20 profissionais que compõem a Coordenação de Compras, da Superintendência de Aquisições e Logística (SAL). Essa equipe possui vasta experiência na contratação e provimento de serviços, consultorias, bens e insumos para a região amazônica, o que demanda conhecimentos específicos sobre a logística e realidades locais. Vale ressaltar que o FUNBIO atua apoiando os OEMAs da Amazônia há cerca de 20 anos, tendo mais de 40% dos recursos contratados direcionados para a Amazônia, e conta com um banco de mais de 9.000 fornecedores cadastrados que inclui um expressivo número de fornecedores locais.

Adicionalmente, para assegurar a qualidade do apoio técnico a diferentes projetos o FUNBIO possui um banco de consultores com mais de 470 fornecedores que atuam em áreas de conhecimento tão diversas quanto: mudanças climáticas; finanças da conservação; tributação verde; manejo de áreas protegidas; facilitação e moderação; planejamento estratégico e operacional; entre outras. Nos últimos 5 anos, foram realizadas mais de 290 contratações dessa natureza para os mais variados projetos.

A aquisição de bens e serviços para projetos da natureza do FAO demanda um significativo conhecimento tácito das características da região, das atividades a serem realizadas, do perfil do público beneficiário e outros aspectos muitas vezes subestimados, como por exemplo o momento em

que determinado insumo terá picos de demanda. Muitas vezes, não obstante a realização dos planejamentos, as solicitações de fornecimento só surgem quando da eminente necessidade desse insumo. Ciente desse e de outros fatores geradores de atrasos, o FUNBIO possui diferentes estratégias para buscar uma maior eficiência de fornecimento, obtendo ainda co-benefícios como os ganhos de escala na aquisição de bens e serviços, a exemplo da formação de aquisições em lotes.

As modalidades de execução a serem utilizadas no projeto serão definidas no Manual Operacional do Projeto (MOP), aprovado pelo Comitê Gestor. A definição do método adequado para cada processo competirá ao FUNBIO, por meio da equipe de Coordenação de Compras da SAL, que avaliará as especificidades de cada doador/financiador, a demanda realizada e a Política de Compras e Contratações.

As políticas e procedimentos do FUNBIO já foram submetidos e aprovados por diferentes agências bi e multilaterais como o KfW, BIRD, BID, NORAD, FFEM, Comunidade Europeia, GEF e GCF, entre outros, tendo sido ainda objeto de diversas *due diligences*, sempre avaliando o FUNBIO como uma instituição de baixo risco.

Esses procedimentos de contratações e aquisições são utilizados cotidianamente na execução de mais de 3 mil processos de compras realizados anualmente e atendem a múltiplas modalidades de execução, incluindo: aquisição de bens, consultorias (PJ e PF), serviços (PJ e PF), obras, cartões (despesas locais, alimentação, manutenção e combustível), autônomos e despesas locais, além da aquisição de passagens aéreas e pagamento de diárias.

Uma vez contratadas, as consultorias e serviços são acompanhados pela Coordenação de Contratos da SAL (ACCF), que faz o acompanhamento de fornecedores e verifica o cumprimento de prazos e o atendimento das condições de fornecimento. A Coordenação de Contratos reporta à gerência responsável pelo FAO os produtos entregues e relata, mensalmente, o progresso dos serviços contratados. Serviços continuados, de alto valor e/ou alta complexidade técnica possuem um acompanhamento trimestral realizado pela Coordenação de Contratos junto aos fornecedores para ajustes e melhorias no processo de fornecimento. A análise técnica dos produtos, incluindo a elaboração de pareceres técnicos são de responsabilidade da SEMAS.

Uma vez que ainda haverá a captação de recursos e, por isso, há uma indefinição a priori da Matriz Lógica, havendo a eventual necessidade de aportar conhecimentos específicos para avaliações técnicas mais aprofundadas, o FUNBIO poderá lançar mão de seus quadros técnicos ou dos consultores *retainers* do seu banco de *ad hocs*. O FUNBIO conta com um pool de consultorias para

suporte às suas próprias atividades na execução de projetos, que poderão ser eventualmente acionadas para avaliação dos produtos de maior complexidade ou especificidade, como a medição e fiscalização de obras e o acompanhamento e execução de serviços complexos de Tecnologia da Informação.

O pagamento dos produtos e bens será realizado pelo FUNBIO após o preenchimento dos Termos de Recebimento pelos solicitantes. De forma a evitar os atrasos devido a idas e vindas dos Termos de Recebimento, o FUNBIO reviu o processo de elaboração destes. A proposta é que haja o apoio necessário para que essa etapa transcorra como um processo contínuo.

4.3.2. Execução indireta

A Chamada de Projetos é uma ferramenta de seleção de instituições e/ou projetos que permite ao FUNBIO apoiá-los por meio da modalidade de desembolso. Trata-se de uma ferramenta que estabelece orientações não apenas sobre a forma de escolha da melhor proposta, como também as regras que deverão ser seguidas ao longo da execução, monitoramento e entrega de produtos e resultados.

Portanto, na execução indireta são elaboradas as Chamadas de Projetos para a seleção e contratação de instituições e subprojetos para a execução de atividades relacionadas ao alcance dos objetivos do FAO, conforme definido nos documentos de planejamento durante a fase de preparação. As Chamadas seguirão as diretrizes definidas na Política e Procedimentos Operacionais de Chamadas de Projetos do FUNBIO, que incorporará critérios definidos junto a SEMAS e acordados com o doador.

Por meio do desembolso são apoiadas instituições com as seguintes naturezas jurídicas: associação civis sem fins lucrativos e fundações privadas, em suas diferentes formas de apresentação (Instituto, Fórum, Associação, Movimento, etc.) e cooperativas em qualquer grau de constituição (singulares, centrais, federações e confederações). As demais pessoas jurídicas não contempladas nessa lista recebem, em regra, apoio via execução direta.⁷

O FUNBIO reconhece que existem diferentes modalidades de arranjos operacionais que viabilizam a

⁷ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Organização Social (OS) são títulos que qualificam formas de execução de recursos em parceria com Administração Pública, enquanto organização não governamental (ONG) é uma denominação utilizada para representar uma grande gama de organizações da sociedade civil que se diferenciam das empresas e instituições governamentais, não se tratando de uma definição sobre a natureza jurídica.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



FUNBIO



FUNDO BRASILEIRO PARA A
BIODIVERSIDADE

consecução dos objetivos almejados e que podem ser utilizados dentro da estratégia desenvolvida para a Chamada de Projetos. As modalidades de arranjos operacionais reconhecidos pelo FUNBIO são: apoio a executores; aglutinadoras; e incubadoras.

Esses modelos poderão ser utilizados de forma individualizada ou compostos entre si, dependendo dos objetivos do projeto que se queira atingir. Desta forma uma Chamada de Projetos pode vir a selecionar instituições na modalidade aglutinadora, que se proponham a trabalhar com aglutinadas ainda em processo de formação, ou seja, incubadas para fins do projeto proposto.

Adicionalmente, poderão contar com uma Câmara Técnica formada por especialistas nas temáticas definidas. Compete ao FUNBIO a identificação e mobilização desses especialistas, que via de regra são mobilizados *pro bono*. O FUNBIO coordena os trabalhos das Câmaras Técnicas, que podem atuar apoiando tanto o processo de elaboração das chamadas, quanto na seleção, monitoramento e avaliação dos projetos e/ou dos resultados do conjunto de projetos apoiados. O FUNBIO possui uma larga experiência nesse tipo de operação, tendo lançado cerca de 50 Chamadas de Projetos que resultaram no apoio a mais de 278 instituições e 340 subprojetos.

No processo de seleção das propostas, a equipe do FUNBIO avalia a capacidade institucional dos proponentes por meio da aplicação da Ferramenta de Avaliação Institucional, desenvolvida pelo próprio FUNBIO, que se baseia em 07 ou 08 tópicos, a depender do volume de recursos do subprojeto. Os tópicos são: Governança, Recursos Humanos, Financeira, Gestão de Projetos, Aquisições, Controle Externo e Integração de Gênero (e Controle Interno, para os projetos com valores mais vultosos).

Os resultados da apreciação institucional são usados para determinar o grau de risco da organização parceira para receber, executar e reportar o uso de recursos. Esta ferramenta fornece orientação para apoiar a organização a melhorar esses aspectos quando necessário, além de subsidiar o monitoramento do projeto. O FUNBIO entende que no cumprimento de sua missão, seu papel vai além da redução dos riscos de insucesso dos subprojetos apoiados, sendo necessário investir no aprimoramento da capacidade institucional e qualificação dos seus parceiros, em particular da sociedade civil.

Os envios regulares de relatórios financeiros e técnicos dos subprojetos são tratados como uma oportunidade para o FUNBIO revisar e avaliar as práticas das organizações e fornecer feedback e treinamento prático, conforme necessário. Desde a acreditação do FUNBIO como agências do GEF e do GCF, esse trabalho vem sendo aprimorado, contribuindo para a melhoria de gestão mesmo em

47

SEMAS – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Travessa Lomas Valentinas, nº. 2.717, Edifício Itacaiúnas, CEP: 66.093-677, Marco, Belém – PA

<https://www.semas.pa.gov.br/>

RMLS
RMLS

organizações da sociedade civil consolidadas.

O FUNBIO oferece a todas as instituições selecionadas para execução de subprojetos treinamento e monitoramento regular. São treinamentos em procedimentos financeiros e de aquisições, bem como no uso do sistema Cérebro 2.0. Os eventos de treinamento são conduzidos pelas equipes do FUNBIO antes do início da implementação dos subprojetos, podendo ser realizados novos treinamentos conforme a demanda. Para tanto, vem sendo aprimorada a plataforma online chamada "Universidade FUNBIO", fornecendo cursos online na modalidade de EaD.

A figura 3 ilustra as diferentes etapas da execução indireta do FUNBIO, desde a elaboração e o lançamento da Chamada de Projetos até o monitoramento e avaliação dos subprojetos e resultados alcançados:

Figura 3. Etapas do processo de execução indireta do FUNBIO.



Em síntese, como relatado, a execução conta uma série de ferramentas que apoiam a gestão do portfólio, programas e projetos. A seguir, realizamos uma breve explicação de cada ferramenta de apoio que utilizada para otimizar os processos:

4.3.3. Planejamento

- **Conecta** – Método de gestão de projetos baseada nas tradicionais metodologias PMI e Prince II, adaptadas a realidade do FUNBIO. Essa metodologia organiza o plano de ação em diferentes etapas tais como pré-projeto, iniciação, execução, encerramento do projeto. O detalhamento dessa

execução encontrasse em anexo no Projecto do Plano de Ações. Neste sentido no Plano de Ações proposto foi inserido o Eixo 0, onde estão listadas as principais atividades de gestão a serem realizadas.

- **Manuais** – Documentos orientadores dos executores que abordam a governança e os procedimentos adotados no dia-a-dia do projeto. São elaborados de acordo com as prioridades, metas, demandas e modelos de monitoramento, podendo haver especificidades conforme o doador.
- **Oficinas** – Atividades realizadas pelo FUNBIO junto aos executores para capacitação em ferramentas e sistemas, bem como regras e procedimentos para todos tenham conhecimento não apenas sobre como utilizar os sistemas, mas também os profissionais a quem recorrer em caso de dúvidas e apoio.
- **Plano Operativo e de Aquisições** – O Plano Operativo é o documento elaborado para cada projeto, em que é realizado o planejamento da forma de execução e que será inserido no sistema Cérebro. Já o Plano de Aquisições é o documento estabelecido conforme regras pactuadas com parceiros e formalizadas no Manual Operacional do FAO.

4.3.4. Ferramentas de gestão

- **Sistema Cérebro** – Sistema on-line desenvolvido pelo FUNBIO para gestão e acompanhamento de projetos e interface com executores via internet e celular. Permite customização de fluxos e acessos.
- **MS Project** – Estrutura padronizada para acompanhamento de projetos e monitoramento de entregas e marcos.
- **Plataforma Sharepoint** – Ambiente de integração de todos os projetos, que permite a visão e acompanhamento geral do portfólio do FUNBIO.
- **Relatório B.I.** – Permite a visualização de dados dos projetos de forma dinâmica e interativa permitindo o monitoramento da execução e tomada rápida de decisão;
- **Capacitações e treinamentos** – Atividades contínuas das equipes do FUNBIO para apropriação e uso contínuo das ferramentas institucionais e de gestão.

4.3.5. Gerenciamento financeiro

Para apoio à execução dos projetos, o FUNBIO possui uma área financeira que controla os números e valores da execução financeira dos projetos, verificando se as despesas e desembolsos estão em concordância com os contratos e planos de trabalho previstos no planejamento. Essa área conta com o apoio da tesouraria, que realiza o controle financeiro, por meio das previsões de pagamento e de recebimento das demandas solicitadas pelos parceiros e acompanhadas pelas gerências. Além de acompanhar o fluxo de caixa, as contas bancárias, liberando recursos para pagamentos e para aplicações.

Também conta com uma área de contabilidade, que realiza a análise dos saldos das contas contábeis, e sua respectiva movimentação, visando adequar seu saldo à efetiva realidade, bem como promover ajustes necessários na escrituração contábil. Concilia as contas contábeis com os documentos e os diversos relatórios dos demais setores que dão suporte aos lançamentos contábeis. Além disso, elabora as demonstrações financeiras de acordo com a necessidade dos gestores da empresa, tais como: controle da saúde econômica do FUNBIO e dos projetos, assim como apoio à tomada de decisões.

Os processos do FUNBIO são tratados em manuais, fluxogramas e procedimentos cuja aplicação é sistematicamente cobrada de seus profissionais, e verificada por diversos mecanismos, como por exemplo a segregação de funções e a auditoria interna, entre outros. Tais controles foram desenvolvidos para atendimento à análise e mitigação de riscos levantados conforme matriz de riscos, que é recorrentemente atualizada.

O Manual de Procedimentos Financeiros do FUNBIO estabelece as regras para a gestão financeira dos projetos, incluindo a segregação de funções e autoridade para aprovação de pagamentos. A segregação de funções associada aos procedimentos de solicitação, compra (aquisição ou contratação), pagamento, prestação de contas e registro (ver diagrama a seguir) assegura independência na avaliação a cada passo (aprovação ou revisão), reforçando e garantindo que as atividades sejam continuamente revisadas. Em seu organograma, é possível verificar que quem solicita não aprova, quem aprova solicitações não compra, os responsáveis por compra e contratações não realizam pagamentos, e quem paga realiza apenas esta atividade com base em procedimentos definidos e automatizados. Adicionalmente, os registros das operações e prestações de contas são realizados por profissionais que não estiveram envolvidos nas etapas operacionais anteriores.





Os procedimentos de aquisições e de registros contábeis estão baseados em Políticas aprovadas pelo Conselho Deliberativo e procedimentos e fluxos definidos aprovados pela Secretaria Geral. A utilização do software ERP da TOTVS/RM e seus módulos **Nucleus** (Compras) e **Saldus** (Contabilidade) garante a automatização e a integridade do registro das atividades. O ERP possui ainda módulos específicos para os processos financeiros, tributário/fiscal, patrimônio e folha de pagamento. Os processos de aquisição e contratação se iniciam no sistema Cérebro 2.0, onde é realizado o planejamento dos projetos e onde as solicitações são realizadas e aprovadas, de acordo com fluxos pré-definidos. As solicitações aprovadas são enviadas ao sistema de compras online, Paradigma, por meio do qual o processo de compras é realizado e o pedido é gerado. Os pedidos de compras são então encaminhados automaticamente ao sistema TOTVS/RM, onde são realizados os faturamentos, processo de pagamento e contabilização.

Além dos sistemas de base para os registros, os processos são também automatizados através da recente implantação de um BPM (Business Process Management) – o Fluig – que automatiza o avanço das operações, controlando o andamento de cada processo de forma que o fluxo de trabalho seja continuamente avaliado, evitando gargalos, atrasos e erros. O processo do Fluig é todo acompanhado e finalizado com um módulo de GED (Gerenciamento Eletrônico de Dados) onde são organizados, classificados e mantidos em segurança os documentos de cada processo gerado e concluído, tais como solicitações, pedidos de compra, notas fiscais e comprovantes de pagamentos.

O FUNBIO também adota processos de revisão de produtos financeiros (relatórios, prestações de conta, etc.) como ferramenta para controle de qualidade, conforme descrito a seguir:

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

- Revisão pela Gerência de Projetos e Coordenador de Controle Financeiro de Projetos
- Revisões, Missões e Visitas dos Doadores
- Auditoria Externa das Demonstrações Financeiras do FUNBIO
- Financeira e Contábil
- Compras
- RH
- TI
- Controles Internos
- Auditoria Externa dos Projetos
- Conformidade com contratos, regras e manuais operacionais
- Prestação de Contas Financeira
- Controles Internos
- Auditoria Interna
- Procedimentos internos
- Desenho do fluxo dos processos
- Teste dos controles internos
- Mapeamento de riscos
- Revisão e aprovação de relatórios pelo Comitê de Finanças e Auditoria (CFA), que recomenda ou não a aprovação pelo Conselho Deliberativo (CD).

No caso dos processos de contratações, a qualidade das entregas é mensurada por meio de Termo de Recebimento e Aceite (TRA) do produto ou serviço elaborado pelos associados, sub-consultores ou parceiros locais. Somente mediante uma avaliação satisfatória no TRA é que o produto ou serviço é aceito e o pagamento do mesmo efetuado. Cabe ao demandante (parceiro executor, no caso o OEMA, por exemplo) preencher o TRA, de forma a atestar a qualidade e adequação do produto ou serviço entregue, com apoio de consultorias especializadas se necessário, incluindo a emissão de pareceres.





**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**



FUNBIO
**FUNDO BRASILEIRO PARA A
BIODIVERSIDADE**



No caso de bens, o beneficiário possui um prazo a partir da entrega do bem para preenchimento do Termo de Recebimento (TR), podendo também registrar o Termo de Não Aceite (TNA) em caso do bem não estar conforme solicitado ou for recebido com defeito ou avaria. Caso o TNA seja preenchido, a área de Compras do FUNBIO avalia o caso e verifica a conformidade da entrega junto ao beneficiário / fornecedor para ajustes.

Mediante o preenchimento e aprovação do Termo de Recebimento, a doação dos bens é realizada em processo automatizado, com base na geração de um Termo de Doação utilizando informações previamente cadastradas nos sistemas do FUNBIO, referentes aos produtos doáveis, beneficiários e donatários dos bens adquiridos, e representante legal da instituição beneficiada. O envio dos Termos de Doação para assinatura do representante legal se dá por processo digital, utilizando o sistema do FUNBIO ou então aquele adotado pela instituição beneficiada.

No caso da modalidade de execução indireta, o FUNBIO tem um papel ativo na gestão dos Subprojetos apoiados, realizando o acompanhamento da execução por meio da análise das Prestações de Contas e dos Relatórios Técnicos periódicos, análise das informações disponibilizadas no Sistema de Gerenciamento de Projetos do FUNBIO e monitoramento *in loco*.

Semestralmente cada Subprojeto deverá enviar ao FUNBIO o Relatório Técnico Semestral de Resultados. O Relatório deverá ser feito conforme o modelo disponibilizado pelo FUNBIO, garantindo a padronização e facilitando o processo de acompanhamento das atividades previstas para cada Subprojeto. Para cada um dos Objetivos Específicos previstos a equipe do Subprojeto deverá descrever as atividades realizadas e os resultados alcançados no período. A descrição das atividades técnicas também deve estar relacionada a execução financeira, com ambas apresentando informações do mesmo período. Caso no período sejam gerados produtos relacionados às atividades descritas, os mesmos deverão ser citados e anexados ao Relatório, assim como as atas de reunião, listas de presença, fotos de atividades e peças de comunicação. Para as atividades que estão atrasadas, deverão ser apresentados os motivos do atraso, bem como o novo planejamento, garantindo a futura execução da atividade.

Da mesma maneira que o Relatório Técnico Semestral de Resultados, a Prestação de Contas deve ser enviada semestralmente ou quando a execução financeira atinja 70% do que já foi desembolsado. A partir daí é verificado se as despesas realizadas estão conforme o planejamento inicial e se estão condizentes com o que está descrito no Relatório Técnico. Em seguida, a equipe financeira efetua uma análise mais detalhada, incluindo a conferência dos comprovantes fiscais e seguindo as

mfrs

Wendell

RMLS
RMLS

am

recomendações do Manual para Análise da Prestação de Contas dos Projetos Apoiados pela Modalidade Desembolso. Este Manual estabelece critérios para a seleção dos itens que serão analisados nas prestações de contas, de forma que sejam representativos da amostra e considerando o nível de risco da instituição responsável, avaliado de acordo com a ferramenta de Avaliação Institucional. Um novo desembolso só pode ser solicitado após a aprovação da prestação de contas referente ao desembolso anterior pela área financeira.

Mensalmente, a equipe de Controle Financeiro acompanha a movimentação da conta do Subprojeto e os lançamentos das despesas no Sistema Cérebro e informa para a equipe técnica as principais informações: a) Despesas lançadas no Cérebro (Prestação de contas em elaboração); b) Saldo Conta Corrente; c) Saldo Aplicação Acumulado de prestações de contas aprovadas e/ou em ajuste; d) Acumulado de desembolsos; e) Despesas não lançadas no cérebro.

O FUNBIO possui contratos com consultorias continuadas para suporte a diversas atividades na execução de projetos, como a fiscalização de obras, elaboração de termos de referência, acompanhamento e execução de serviços complexos de Tecnologia da Informação, apoio tático-operacional e treinamento em processos de compras e contratações, entre outros.

Por fim, o FUNBIO adota um sistema de salvaguardas sociais e ambientais que objetiva orientar a implementação dos projetos de forma a minimizar, mitigar, compensar e monitorar impactos negativos potenciais, se não for viável evitá-los. Para isso é realizado o mapeamento de possíveis impactos ambientais e sociais adversos bem antes do comprometimento de fundos, analisando potenciais alternativas técnicas, econômicas e sociais.

4.3.6. Auditoria Externa e Interna

O FUNBIO passa por auditorias externas independentes anuais desde 1996, com todas as demonstrações financeiras aprovadas sem ressalvas. Todas as demonstrações de responsabilidade, juntamente com o relatório do auditor independente, estão disponíveis para consulta em <https://www.funbio.org.br/auditoria/>.

O FUNBIO já foi auditado por todas as maiores empresas mundiais de auditoria, e atualmente tem contrato vigente com a Ernst & Young (2018-2022). O ciclo das empresas de auditoria externa no FUNBIO é de no máximo 5 anos, seguindo as melhores práticas de rotatividade conforme demonstrado no quadro a seguir:

Empresa	Ano
Price Waterhouse Auditores Independentes	1995, 1996 e 1997
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes	1998, 1999, 2000 e 2001
Trevisan Auditores Independentes	2002 e 2003
KPMG Auditores Independentes	2004, 2005 e 2006
Ernst & Young Auditores Independentes	2007, 2008 e 2009
Directa Auditores	2010 e 2011
Mazars Auditores Independentes	2012, 2013 e 2014
Grant Thornton Auditores Independentes	2015, 2016 e 2017
Ernst & Young Auditores Independentes	2018, 2019 e 2020

Em 2013, o FUNBIO configurou a área de Auditoria Interna como uma função guarda-chuva e independente. A Auditoria Interna é um instrumento que fiscaliza todos os níveis da organização, garante a manutenção de relações adequadas entre as diferentes áreas e apoia e promove melhorias de processo. É referência na adoção e engajamento das melhores práticas de governança organizacional.

A elaboração do plano anual da auditoria interna é baseada na matriz de riscos do FUNBIO, que aloca todos os eventos de risco distribuídos em 18 processos mapeados transversalmente por toda a Instituição. Este plano é aprovado anualmente na primeira reunião do Conselho Deliberativo do ano, e os progressos de sua execução são apresentados nas reuniões do Comitê de Finanças e Auditoria e do Conselho Deliberativo.

Probabilidade	Impacto				
	Residual <i>Problema menor, facilmente controlados pelos processos do dia a dia</i>	Mínimo <i>Alguma perturbação possível, poucos danos</i>	Moderado <i>Necessário tempo/recursos significativos, de média pequena dano</i>	Acentuado <i>Operações severamente danificadas, dano médio-pesado</i>	Crítico <i>A sobrevivência do negócio está em risco, danos pesados</i>
Alta (> 90% de chance)				Impostos	Pagamentos e Recebimentos
Média-Alta (> 50% e <= 90% de chance)			ITGC: Acesso a programas e dados	ITGC: Mudanças de Programas	Contratações e Aquisições
Média (> 15% e <= 50% de chance)		Relatórios Financeiros	Conciliação Financeira	Entrada de Projetos no Funbio	Elaboração de Contratos
Média-Baixa (> 5% e <= 15% de chance)		ITGC: Desenvolvimento de Programas	ITGC: Operações de computador	Movimentação de Pessoal	Acompanhamento de Contratos/Acompanhamento de Projetos
Baixa (<= 5% de chance)		Políticas e Procedimentos	Baixa, conciliação bancária e conciliação de projetos	Terceirização em projetos	Folha de Pagamento

A atividade de auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de

gerenciamento de riscos, controles e governança. Assim, garante-se que os recursos financeiros confiados ao FUNBIO sejam gerenciados para o cumprimento de sua missão, na medida em que atesta que as atividades pré-definidas são implementadas e estão alinhadas com as políticas internas e os acordos e contratos estabelecidos.

4.4. Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas:

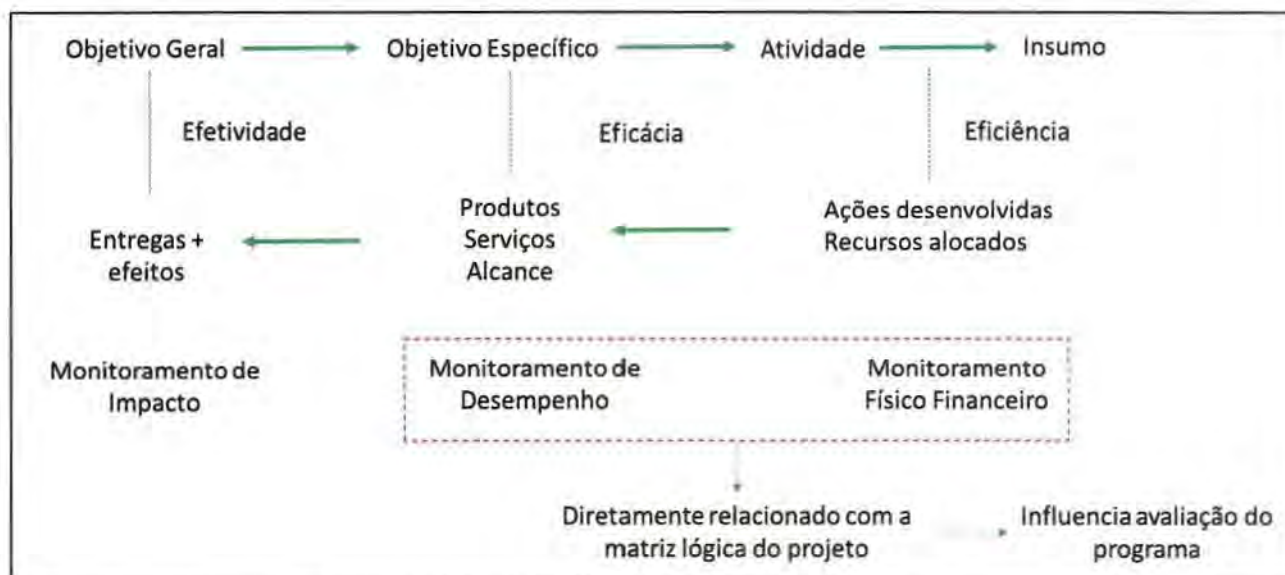
Fundos ambientais, como o FAO, devem se reportar para diferentes públicos com diferentes propósitos. Os acordos de subvenção firmados com o financiador definem claramente os formatos específicos, requisitos quanto às informações, procedimentos e cronogramas para os relatórios técnicos e financeiros. Associado a isso há um monitoramento e avaliação dos programas em relação a sua missão e ao seu plano estratégico, bem como em relação aos indicadores, metas e estratégias para conservação, dado que o FAO possui o potencial de alavancar impactos positivos não apenas para o Pará, como também para a Amazônia.

Para acompanhar as metas e objetivos dos fundos, relatórios internos de monitoramento e de avaliação são elaborados, incluindo relatórios de gestão financeira, para apoiar a tomada de decisão do Comitê Gestor sobre as prioridades do fundo e suas estratégias. As equipes envolvidas e, no caso de execução indireta, o próprio beneficiário, monitoram os projetos, utilizando indicadores e medidas acordadas no contrato de subvenção entre o fundo e o beneficiário, ou baseadas no plano de monitoramento exigido no contrato de subvenção.

Para isso tanto o monitoramento quanto a avaliação são planejados para ter dados e evidências que comprovem o impacto na conservação e forneçam material para a elaboração dos relatórios. No caso de execução indireta, os beneficiários são orientados com modelos de relatórios claros, estruturas e requisitos de informação para o monitoramento e avaliação do desempenho do projeto na obtenção de produtos e resultados planejados.

Para acompanhar o progresso das atividades, a equipe dedicada ao fundo ambiental (e/ou avaliadores independentes) podem realizar diligência para verificar o alcance dos produtos e resultados acordados.

O quadro a seguir, inspirado em material elaborado pelo Fundo Amazônia, exemplifica bem as diferentes modalidades de monitoramento e os aspectos que são analisados no acompanhamento de cada modalidade. Eles apoiarão a aferição do cumprimento das metas propostas no item 4.1 desse plano de trabalho.



Esse monitoramento será possível com base na estrutura existente no FUNBIO e que será relatada em seguida, visando o acompanhamento e controle dos insumos, atividades, objetivos e metas.

O monitoramento e a supervisão possuem duas vertentes principais: técnica e financeira. A primeira tem como base o Plano de Monitoramento técnico que é construído a partir da Política e os Procedimentos Operacionais do FUNBIO, que descrevem a metodologia e as ferramentas para monitoramento técnico dos projetos. A segunda é coordenada pelo controle financeiro do FUNBIO, com base nas regras operacionais internas, regras do doador/ financiador e contrato.

4.4.1. Monitoramento Técnico

A Estratégia de Monitoramento é um documento orientador do FUNBIO que reúne os padrões mínimos de monitoramento, considerando a aplicabilidade em cada projeto. Essa Estratégia incorpora, além dos aspectos físicos e financeiros, a dimensão dos impactos do projeto. Para permitir o monitoramento dos avanços ao longo do projeto, serão utilizadas as linhas de base dos diferentes componentes e indicadores definidas.

O monitoramento técnico conta com o subsídio de informações resultantes dos relatórios de prestações de contas, além de visitas de monitoramento técnico de progresso in loco. Essas visitas podem ser realizadas pelo próprio FAO como também podem ser mobilizados consultores do banco de ad hoc. Para o monitoramento de impacto dos projetos, o FUNBIO dispõe ainda de arranjos alternativos que incluem inclusive o estabelecimento de parcerias com outras organizações.

Os avanços na implementação técnica dos projetos serão apresentados por meio de relatórios elaborados pela equipe da SEMAS, que acompanhará os projetos, em conformidade com previsto no MOP e em contrato, reportando o progresso das atividades em relação ao cronograma previsto e os avanços nos indicadores associados à Matriz Lógica do projeto. Essas informações serão obtidas através do monitoramento da execução do projeto junto aos parceiros e verificadas por meio do cruzamento com informações provenientes dos sistemas do FUNBIO.

Adicionalmente, poderá ser contratada uma consultoria independente para a verificação dos resultados e indicadores (*key performance indicators* - KPIs), reportados anualmente pela SEMAS, de forma a validar o cumprimento das condições que desencadearão os pagamentos por resultados.

O FUNBIO utiliza uma ferramenta de B.I. (*Business Intelligence*) integrada com seus relatórios de progresso e as informações de suas bases de dados, permitindo uma visualização descomplicada e o acesso em tempo real às informações para embasar decisões gerenciais. O MS Project é o principal software utilizado para gestão da execução física dos projetos do FUNBIO, junto com um Sistema de Gestão de Projetos, o SharePoint, que integra as diferentes ferramentas. O uso das ferramentas Microsoft Project e SharePoint permite às equipes técnicas uma visão clara de interdependências e os caminhos críticos da execução do projeto. Adicionalmente, o FUNBIO utiliza uma metodologia própria para a gestão de projetos, o Conecta, baseada nas boas práticas definidas no PMBOK e no método PRINCE2.

Dentro do Sistema de Gestão de Projetos do FUNBIO, no SharePoint, será criado um site do projeto específico para os projetos do FAO, possibilitando um melhor acompanhamento do projeto, de seu orçamento e dos recursos de maneira centralizada, melhorando a gestão e a tomada de decisão a partir do acompanhamento dos indicadores definidos. O sistema permite também visualizar a situação do projeto em tempo real, permitindo entender rapidamente o motivo de eventuais atrasos.

4.4.2. Monitoramento de Riscos

Além das informações gerais para gestão e monitoramento, o SharePoint conta também com um ambiente específico para a análise e gerenciamento dos riscos, permitindo que as diferentes instâncias possam acompanhar e atuar de forma a evitar impactos negativos no seu andamento. Os riscos identificados serão registrados no sistema junto com uma avaliação que inclui uma estimativa da sua probabilidade, impacto e a proximidade do risco. A partir desse registro, é gerada uma matriz de probabilidades e impacto que permite calcular o Grau de cada risco, fornecendo uma visão global e

permitindo identificar quais devem ser acompanhados e tratados com maior prioridade, conforme exemplo a seguir:

Adicionalmente, para cada risco registrado será definida uma resposta (por exemplo: evitar, reduzir, transferir, aceitar, explorar, compartilhar), levando em conta o custo de implementação dessa resposta, a probabilidade e o impacto de permitir que o risco ocorra. São também registrados o responsável sobre o gerenciamento, monitoramento e controle do risco, bem como o responsável encarregado de implementar a ação de resposta. O gerenciamento de riscos é uma atividade contínua.

O site do projeto no SharePoint conta ainda com um ambiente de registro de ocorrências, onde são relatados eventos relevantes ao longo da implementação do projeto que fogem ao planejamento inicial e, portanto, requerem uma ação de gerenciamento, permitindo controlar seus impactos sobre o desempenho do projeto.

4.4.3. Monitoramento e supervisão da Execução Indireta

Conforme já mencionado, para apoiar a seleção dos subprojetos de apoio por meio das Chamadas de Projetos, o FUNBIO dispõe de uma Ferramenta de Avaliação Institucional (um *due diligence* simplificado) baseada em 07 ou 08 tópicos para avaliar a capacidade institucional das organizações apoiadas por subprojetos de desembolso. A partir dessa avaliação, é feita a classificação do nível de risco do subprojeto, que irá orientar as ações de monitoramento físico e financeiro do projeto.

O monitoramento dos subprojetos da execução indireta conta com o monitoramento “in loco”, além de relatórios técnicos encaminhados semestralmente para avaliação da equipe técnica da SEMAS. Neste relatório, são informados as atividades realizadas e os avanços no alcance dos objetivos, de acordo com indicadores pré-definidos. Mudanças no planejamento, oportunidades e riscos identificados durante a execução também são relatados, possibilitando um acompanhamento amplo do subprojeto apoiado.

A relatoria técnica é acompanhada de uma prestação de contas para o mesmo período, realizada por meio do sistema Cérebro 2.0. A liberação do novo desembolso à instituição só ocorrerá após a aprovação das relatorias técnica e financeira.

4.4.4. Salvaguardas

O FUNBIO possui políticas de salvaguardas ambientais e sociais que seguem a estrutura de

salvaguardas da IFC, estabelecendo um padrão mínimo em oito temas principais: **PS1** – Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais; **PS2** – Condições de Emprego e Trabalho; **PS3** – Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição; **PS4** – Saúde e Segurança da Comunidade; **PS5** – Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário; **PS6** – Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos; **PS7** – Povos Indígenas e **PS8** – Patrimônio Cultural⁸.

O FUNBIO conta ainda com procedimentos e ferramentas para aplicação das salvaguardas nos projetos, incluindo um *screening* climático específico, uma ferramenta de Garantia de Qualidade e um formulário de monitoramento de salvaguardas para os projetos em andamento. O monitoramento de questões relacionadas às salvaguardas faz parte do monitoramento cotidiano dos projetos, sendo item obrigatório na pauta das missões de supervisão dos projetos, incluindo a aplicação do questionário de monitoramento de salvaguardas a ser entregue junto com os relatórios de progresso.

O FUNBIO possui também salvaguardas para a prevenção de operações de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, garantindo que recursos próprios eventualmente mobilizados ou os montantes investidos no financiamento do FAO não sejam de origem ilegal nem tenham nenhuma relação com ações como o tráfico de drogas, a corrupção, a atividade criminosa organizada ou o terrorismo.

4.4.5. Engajamento de stakeholders (Controle Social)

O engajamento dos stakeholders locais é fundamental à boa execução dos projetos e alcance dos resultados. Por isso são levantados riscos, oportunidades e as preocupações relevantes das partes interessadas, monitorando possíveis impactos sociais e ambientais do projeto e guiando os ajustes necessários para evitar, minimizar, mitigar e compensar impactos negativos potenciais.

Aliado a isso o FUNBIO conta ainda com um sistema de queixas, composto por dois canais, por meio do qual podem ser relatadas inadequações ou denúncias. O primeiro direcionado diretamente ao Comitê de Ética e outro para escritório de advocacia independente.

4.4.6. Monitoramento Financeiro

O cumprimento dos procedimentos administrativos será garantido por meio da área de Controle

⁸ Mais informações em: <https://www.funbio.org.br/politicas-e-salvaguardas/>



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**



FUNBIO



**FUNDO BRASILEIRO PARA A
BIODIVERSIDADE**

Financeiro de Projetos do FUNBIO, que será responsável pela elaboração das solicitações de desembolsos, prestações de contas e outros documentos relativos à implementação financeira do projeto, seguindo as orientações das instâncias de governança do FAO.

A equipe do FUNBIO, responsável pelo monitoramento financeiro, tem larga experiência com as regras e procedimentos administrativos de doadores nacional e internacionais. As ferramentas operacionais utilizadas permitem o ajuste para atender às regras específicas de cada financiador no que diz respeito à prestação de contas. A gestão físico-financeira do projeto será constantemente monitorada através de relatórios físico-financeiros e prestações de contas, além do uso de sistemas e softwares específicos para esse fim.

O eficiente monitoramento financeiro tem como condição de existência que todos os insumos planejados pelos parceiros para a execução do projeto sejam classificados seguindo uma estruturação de centros de custo específicos, inseridos nos sistemas do FUNBIO de forma a interligar as contas gerenciais, financeiras e contábeis. Estas classificações permitem que as solicitações geradas no sistema Cérebro sejam executadas e classificadas automaticamente por todos os sistemas integrados a essa operação. As prestações de contas serão elaboradas respeitando a periodicidade definida em contrato, e serão apoiadas por documentação comprobatória das informações e evidências do fluxo de solicitação, contratação e pagamento.

Cada projeto terá uma conta bancária específica e exclusiva. A integração entre o sistema Cérebro 2.0 e o sistema ERP interno, TOTVS/RM, permite que as despesas sejam rastreadas e alocadas dentro dos planejamentos orçados. Os registros contábeis são mantidos eletronicamente e são reconciliados com os relatórios de orçamento e aquisições mensalmente. Os relatórios financeiros auxiliares e detalhados para geração das prestações de contas são eletrônicos, podendo ser adaptados ao modelo do doador. Esses relatórios são auditados anualmente por uma empresa independente, e os relatórios de despesas são criteriosamente analisados, bem como as análises de fluxo de caixa. Os procedimentos administrativos garantem que as transações financeiras considerem a proteção dos ativos do projeto e a garantia de entrada adequada nos sistemas de contabilidade/monitoramento.

O sistema Cérebro permite o monitoramento e verificação da execução dos projetos. Conforme a estrutura de planejamento a ser acordada, esse acompanhamento poderá ser efetuado, por exemplo, pela unidade executora ou parceiro do projeto (ex. SEMAS subexecutores, etc), associando a execução financeira às atividades/insumos planejados. Os usuários indicados receberão acesso ao sistema com perfis específicos, conforme determinado pela unidade executora ou pela SEMAS.

RMLS
RMLS

Além dos relatórios estabelecidos nos contratos de financiamento, o FUNBIO também se vale de relatórios gerenciais internos para a avaliação de progresso e andamento dos projetos no curto, médio e longo prazo. Os relatórios, elaborados pelas diferentes áreas, permitem uma visão integral dos avanços dos projetos, considerando o andamento do Projeto suas particularidades. O setor de Aquisições e Logística do FUNBIO, por exemplo, elabora 11 diferentes relatórios que contribuem de forma crucial para a medição dos avanços dos projetos, proporcionando diferentes visões e níveis de agregação da informação, como o ritmo das solicitações efetuadas pelos parceiros, a performance do projeto e o progresso no andamento de contratos de consultorias e obras.

Com relação aos subprojetos selecionados pelas Chamadas de Projetos, após o repasse dos recursos por meio de desembolsos definidos em contrato, as instituições apoiadas deverão realizar a prestação de contas através do sistema Cérebro, com periodicidade semestral ou ao alcançar a execução de 70% da parcela repassada. As prestações de contas serão avaliadas pelo Comitê Gestor, seguindo o Manual do FUNBIO específico para a análise da prestação de contas dos subprojetos, que inclui a análise dos extratos bancários da conta corrente e da aplicação financeira, dos comprovantes das despesas e de contrapartida. Também são realizados controles mensais dos saldos das contas bancárias dos subprojetos, permitindo um acompanhamento mais próximo e controle da execução.

4.5. Estrutura logística necessária para operação, localização e custos.

O FUNBIO possui uma estrutura técnica diversificada, organizada por profissionais qualificados, alocados em diferentes equipes de projeto. Dentre as suas funções estão ações transversais, que são coordenadas, entre os diferentes projetos e programas que a instituição gerencia de forma matricial, visando reduzir custos e otimizar a alocação de pessoal. O conjunto de aproximadamente 100 colaboradores fornece o apoio necessário para a execução das atividades desenvolvidas pela instituição.

Ademais, toda a execução dos serviços é baseada em políticas, procedimentos e manuais operacionais e diferentes ferramentas de controle. Estes são estruturados com base nas melhores práticas de gestão de contratos e boa governança, com reconhecimento nacional e internacional de sua eficiência. Além disso, para que seja viabilizada a entrega dos bens e serviços, conforme planejado, uma série de atividades indiretas são realizadas para garantir não apenas a eficiência como também o rigor no controle do uso dos recursos, otimização dos serviços, garantia de salvaguardas e transparência.

O FUNBIO conta ainda com uma diferenciada capacidade de gestão de ativos, tendo além de pessoal

interno capacitado, uma comissão de finanças e auditoria, uma comissão de gestão de ativos e dois *asset managers* profissionais contratados.

A seguir, relataremos a estrutura logística existente e as especificidades para o FAO.

4.5.1. Instalações Físicas

O FUNBIO possui dois escritórios, um na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e um na cidade de Brasília (DF). O escritório do Rio de Janeiro possui uma área total de 946m², localizado na Rua Voluntários da Pátria, nº. 286, distribuídos no 5º e 6º andar, em Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro. O escritório de Brasília possui uma área total de 130m² e está localizado na SNH, 0, Quadra 02, Bloco F, salas 1323 a 1326, na Asa Norte da cidade de Brasília. Todos os dois escritórios dispõem de estações de trabalho equipadas, com instalações compatíveis e dimensionadas para atender os 104 colaboradores em atividade e parceiros.

Além disso, o escritório localizado no Rio de Janeiro dispõe de 129 estações de trabalho, 150 linhas telefônicas, 86 computadores, 74 notebooks, 9 impressoras, 2 copiadoras xerox, 13 servidores, 9 TVs distribuídas em 7 salas, 200 pontos e capacidade de acesso à internet, 4 equipamentos para áudio conferência, 1 equipamento para vídeo conferência, 32 aparelhos de ar-condicionado distribuídos em todas as salas do 5º e 6º andar.

Instalações FUNBIO	Escritório RJ	Escritório BSB	Total
Linhas Telefônicas	150	4	154
Computadores	86	5	91
Notebooks	74	3	77
Impressoras	9	2	11
Copiadoras	2	1	3
Servidor	13	0	13
Pontos e Capacidade de Acesso à Internet	200	--	200
TVs	9	2	11
Equipamentos para Áudio conferência	4	2	6
Equipamentos para Vídeo conferência	1	1	2

Aparelhos de Ar-Condicionado	32	3	35
Sistemas Informatizados	7		7
Área Alugada	946 m ²	130m ²	1076m ²

Já o escritório localizado em Brasília dispõe de 4 linhas telefônicas, 5 computadores, 3 notebooks, 2 impressoras, 1 copiadora, 2 TV, 2 equipamentos para áudio conferência, 1 equipamento para vídeo conferência e 3 aparelhos de ar-condicionado.

Ambos os escritórios contam com diversos equipamentos eletrônicos que facilitam o trabalho e bem-estar de seus colaboradores e dispõe ainda de mobiliário funcional e compatibilizada com sua estrutura interna, conforme tabelas a seguir.

Tabela 2: Configuração dos servidores, computadores, notebooks, impressoras e internet

Configuração de equipamentos
Configuração Servidores - Processador Xerox, 64GB de Memória, 600GB de HD
Configuração Computadores - Processador i5, 8GB de Memória, 500GB de HD
Configuração Notebooks - Processador i7, 8GB de Memória, 500GB de HD
Impressoras - 5 Modelos Laser Mono e 1 Modelo Color
Links de Internet - 1 link de 30MB Dedicado, 1 link FIBRA de 500MB download e 100MB upload, 1 link ADSL de 50MB download e 5MB upload

Tabela 3. Equipamentos eletrônicos do FUNBIO

Equipamentos Eletrônicos	Escritório RJ	Escritório BSB	Total
Vídeo-Porteiro com Fechadura Elétrica	1	1	2
Controladora Biométrica de Acesso	3	0	3
Câmera Digital	7	0	7
Gravador	4	0	4
Calculadora de Mesa	1	0	1
Micro ondas	2	1	3
Purificador de Água	2	0	2

Refrigerador	2	1	3
Vaporeto	1	0	1
Cafeteira	3	1	4

Tabela 4. Mobiliário do FUNBIO

Itens Mobiliário	Escritório RJ	Escritório BSB	Total
Aparador especial	2	0	2
Armário	64	6	70
Arquivo de Aço	1	0	1
Bebedouro	2	2	4
Cadeira	121	0	121
Gaveteiro	106	10	116
Mesa redonda	4	2	6
Mesa retangular	79	10	89
Poltrona	124	28	152
Rack	5	0	5
Suporte para monitor	4	0	4

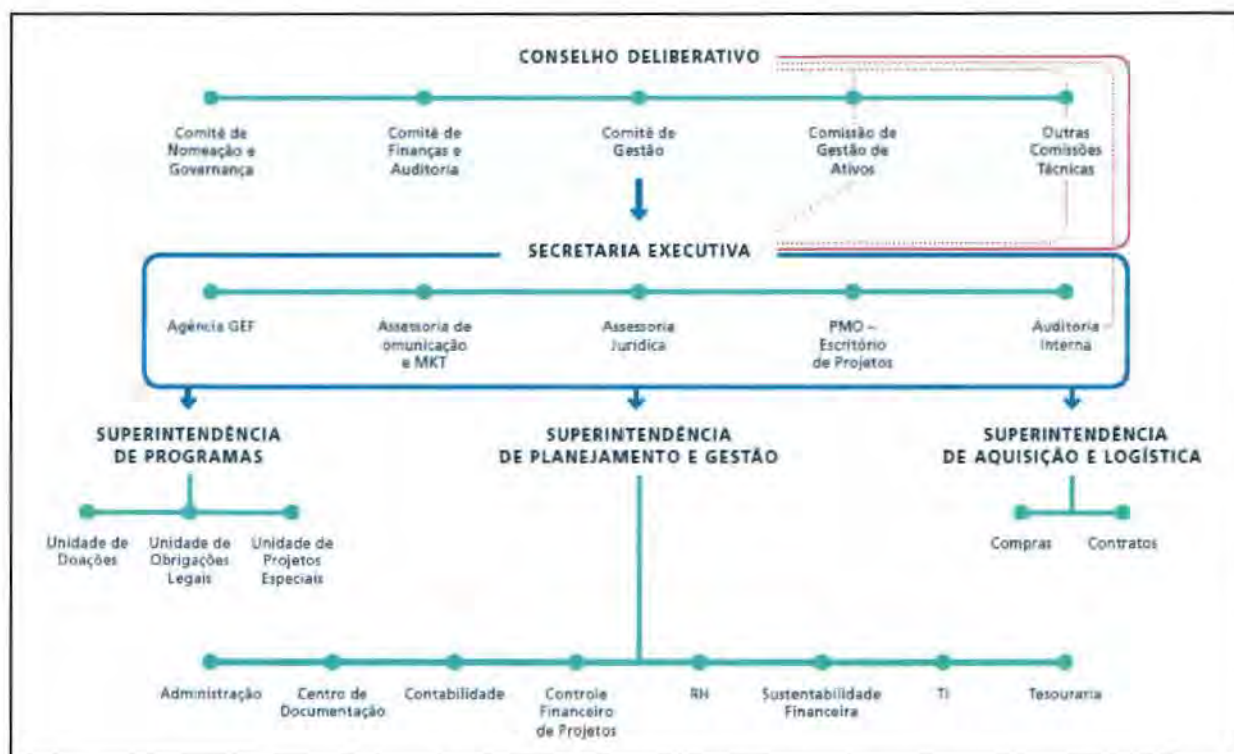
O FAO contará com o apoio das estruturas físicas do FUNBIO, tanto no Rio de Janeiro quanto em Brasília. Com suporte de infraestrutura e instalações preparadas, as equipes poderão atender tanto virtualmente quanto presencialmente as demandas dos projetos executados no âmbito do fundo.

4.5.2. Recursos Humanos

O FUNBIO é estruturado com base no estabelecimento de papéis e responsabilidades de forma bem definida, claramente estabelecidos em políticas, manuais e procedimentos operacionais. Cada profissional que atua na instituição possui orientação sobre as suas funções, competências, limites de autonomia, fluxo de atividades e autoridade. Também há clareza quanto a cada um dos atores envolvidos em seus diversos níveis, assegurando assim, de forma contínua, o bom andamento das atividades.

O organograma a seguir permite a visualização da estrutura organizacional existente. Cada uma das

áreas da instituição tem atribuições específicas que, aliadas às ferramentas de gerenciamento e gestão existentes, permitem o planejamento, acompanhamento, gestão e monitoramento dos programas e projetos.



O Conselho Deliberativo (CD) é a instância máxima de decisão da instituição, sendo composto por representantes dos setores empresarial, acadêmico, governamental e da sociedade civil, que desempenham suas funções de forma voluntária. O CD tem o foco de sua atuação a orientação estratégica da instituição, atuando sempre em conjunto com a Secretaria Executiva do Funbio.

Abaixo do Conselho Deliberativo há a Secretaria Executiva que, em estreita articulação com as Comissões, garante a orientação tática à instituição. Para que seja possível o cumprimento dos compromissos firmados, ela conta diretamente com o apoio de uma Assessoria Jurídica, um Escritório de Projetos (PMO), uma Auditoria Interna e uma Assessoria de Comunicação e Marketing. Ainda ligadas diretamente à Secretaria Executiva, estão também a coordenação das atividades relacionadas às agências implementadoras do *Global Environment Facility* (GEF) e *Green Climate Fund* (GCF).

A Secretaria Executiva é composta ainda por três grandes áreas: Superintendências de Programas (SGP), Planejamento e Gestão (SPG) e Aquisições e Logística (SAL), além das assessorias jurídica e

de comunicação e marketing, o escritório de projetos, a agência GEF e GCF e a auditoria interna. As Superintendências são responsáveis por fazer a ponte do planejamento tático e estratégico da instituição com a operação do Funbio. A composição das equipes que compõem a Secretaria Executiva do Funbio é descrita a seguir:

4.5.2.1. Superintendência de Gestão de Programas (SGP):

Responsável por supervisionar os negócios nas suas diversas etapas: proposta, negociação, planejamento, execução e avaliação. É também responsável pela prospecção e avaliação de novos projetos que se encaixem na agenda estratégica do Funbio.

- **Doações nacionais e internacionais:** Responsável pela elaboração e construção, operação, financiamento, gestão financeira e gestão de projetos e programas, bem como a gestão dos ativos de fundos com finalidade socioambiental e na sistematização de informações e bases de dados (SIG), financiados por recursos com origem de doações privadas, acordos bi e multilaterais assinados com o governo brasileiro.
- **Obrigações Legais:** responsável pelo desenho e desenvolvimento de projetos e operacionalização do aporte de recursos (Compensação ambiental, TAC, Multas) às iniciativas no campo. O Funbio transforma os recursos financeiros em bens e serviços essenciais para a implementação de projetos em todos os biomas brasileiros, por meio de apoio a projetos via chamadas públicas, bolsas de estudos e execução direta.
- **Projetos Especiais:** responsável pelas diferentes agendas da conservação que vão desde estratégias de financiamento, desenho de mecanismos financeiros, produção de conteúdos técnicos, até a articulação de atores em redes colaborativas, passando pela agenda de clima. Atuar no mapeamento e o desenvolvimento de estratégias e de ferramentas para a sustentabilidade financeira de projetos de conservação.

4.5.2.2. Superintendência de Aquisições e Logística (SAL):

A Superintendência de Aquisições e Logística é responsável pelas estratégias, estrutura e operação das atividades de aquisições para os vários programas e o próprio Funbio, pela entrega do que foi comprado ou contratado, doações e gestão dos contratos de aquisição de bens e serviços. Ela está dividida em duas subáreas: Compras e Gestão de Contratos.

- **Compras:** uma equipe especializada em aquisição e logística atende às demandas dos projetos, apresentadas por meio de solicitações realizadas com base na priorização e no planejamento elaborado. A equipe é responsável por garantir que as transações ocorram de forma transparente, eficiente e eficaz, além de acompanhar a logística de entrega, otimizando os custos finais dos bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados. Essa equipe é dividida de acordo com suas especialidades e atua diretamente na compra/contratação de Bens, Custos recorrentes, Serviços, Consultorias e Obras.
- **Gestão de Contratos:** realiza o acompanhamento de todos os prazos, compromissos e pactuações feitas para os projetos, garantindo o cumprimento dos acordos realizados.

4.5.2.3. Superintendência de Planejamento e Gestão (SPG):

Responsável por alinhar a estratégia às operações do Funbio e por promover a adequação da estrutura em equilíbrio com os recursos. É também responsável por supervisionar os negócios do ponto de vista da execução financeira, garantindo os adequados registros e a regularidade e transparência da execução financeira institucional e dos projetos.

- **Administração:** responsável pela administração geral da instituição em relação às instalações, patrimônio, recepção, serviços externos, pequenas compras, limpeza, serviços de copa, apoio a reuniões e treinamentos, suporte de materiais e equipamentos, etc.
- **Centro de Documentação – CEDOC:** responsável pela gestão do conhecimento organizacional, promovendo acessibilidade e disseminação de conteúdos informacionais de interesse para a instituição e organizando encontros internos para o aprendizado, compartilhamento e troca de experiências entre as equipes. É também responsável pela manutenção da biblioteca e pela gestão da documentação institucional, sistematizando os dados, gerenciando o arquivo corrente e a guarda dos documentos legais e históricos.
- **Contabilidade:** realiza a análise dos saldos das contas contábeis e sua respectiva movimentação, visando adequar seu saldo à efetiva realidade, bem como promover ajustes necessários na escrituração contábil. Concilia as contas contábeis com os documentos e os diversos relatórios dos demais setores que dão suporte aos lançamentos contábeis. Além disso, elabora as demonstrações financeiras de acordo com a necessidade dos projetos, assim como apoia a tomada de decisões.

- **Controle Financeiro:** realiza o acompanhamento de áreas específicas, controla os números e valores da execução financeira dos projetos, verificando se as despesas e desembolsos estão em concordância com os contratos e planos de trabalho previstos no planejamento.
- **Tesouraria:** realiza as operações financeiras (pagamentos, recebimentos, aplicações e resgates) do Funbio e das contas correntes relativas aos projetos. É também responsável pela geração e acompanhamento do fluxo de caixa da instituição e garantia de documentação suporte hábil para registro pela contabilidade.
- **Tecnologia da informação:** garante que os componentes de infraestrutura de TI sejam mantidos e aprimorados, visando alcançar os objetivos de controle dos aplicativos de gestão. Além disso, atenta para aquisição de novos sistemas ou desenvolvimento por demanda das demais equipes, necessários para a relação dos sistemas em uso pelos parceiros. Reduz o risco de acesso não autorizado ou inadequado aos sistemas de informação, impedindo as pessoas de cometerem ou esconderem algum erro/irregularidade.
- **Recursos Humanos:** área responsável por atender e orientar estagiários, funcionários e gestores e por integrar e gerenciar os processos relacionados aos seus funcionários, como recrutamento e a seleção; integração; clima organizacional; educação corporativa e desenvolvimento; desempenho; remuneração e benefícios; jornada de trabalho; saúde e segurança, relações sindicais e cumprimento de obrigações relacionadas a pessoal junto a órgãos governamentais de trabalho, seguridade social e previdência.

4.5.2.4. Assessorias:

- **Jurídica:** responsável por garantir a legalidade da instituição e das contratações realizadas, dando suporte à regularidade do Funbio e manutenção de documentação institucional referente à sua governança. É também responsável pelo suporte às negociações e pelos contratos com parceiros e por apoiar a estruturação legal dos programas desenvolvidos ou executados pelo Funbio. A Assessoria Jurídica presta consultorias internas e apoia os parceiros em orientações jurídicas relacionadas aos Programas e aos Projetos do Funbio, bem como pela seleção de consultores jurídicos externos, quando necessário.
- **Comunicação e Marketing:** responsável pela elaboração e pela execução da estratégia de comunicação do FUNBIO e de programas apoiados. Está à frente tanto da comunicação interna, em parceria com o RH, quanto da externa. Entre as atribuições estão zelar pela imagem e a reputação

institucional, elaborar materiais institucionais e relacionar-se com a imprensa e stakeholders estratégicos.

4.5.2.5. Escritório de Projetos – PMO:

Responsável por desenvolver metodologia de gestão de projetos, capacitar e apoiar as áreas do Funbio na implementação dessas metodologias, como também, avaliar, adequar e aprimorar as metodologias baseado nas necessidades e lições aprendidas. É responsável por apoiar as áreas na elaboração de propostas para potenciais clientes e por manter ferramenta de acompanhamento dos projetos com informações atualizadas e status dos projetos.

4.5.2.6. Auditoria Interna

É uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para agregar valor e melhorar as operações do Funbio. O Auditor Interno auxilia o Funbio na realização de seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança. O Auditor Interno reporta funcionalmente ao Conselho Deliberativo e administrativamente (dia-a-dia) para a Secretária Geral, garantindo independência, escalando as principais questões a um nível onde elas podem ser corrigidas e mantendo o Conselho Deliberativo e a Secretária Geral informados.

4.5.2.7. Agências GEF e GCF

Responsável pela elaboração de propostas de projeto e pela administração de projetos financiados pelo GEF e GCF em suas áreas de atuação (podem ser nacionais ou internacionais). Apoiar os governos e ONGs no desenvolvimento, na implementação e no gerenciamento dos projetos.

A governança do FUNBIO conta também com canais de queixa e um Comitê de Ética, que é uma instância de caráter permanente de assessoramento do Conselho Deliberativo e da Secretária Geral, com finalidade de garantir o cumprimento das normas estabelecidas no Código de Conduta Ética e demais políticas a ele relacionadas.

Atualmente a equipe do Funbio conta com **108 funcionários**, que são periodicamente capacitados em diferentes ferramentas de gestão. Atividades contínuas são realizadas, como as anuais capacitações em ética, realizadas pelo Comitê interno, assim como em gênero, liderada por outro Comitê.

A seguir os nomes dos profissionais ativos no FUNBIO e as áreas em que atuam:



Nº	Área	Nome	Perfil da Equipe
1	Administração	Cláudio Augusto Silvino	Suporte Administrativo
2	Administração	Fernanda Luiza Silva de Medeiros	Suporte Administrativo
3	Administração	Flávia Mól Machado	Suporte Administrativo
4	Administração	Márcio de Vasconcelos Maciel	Suporte Administrativo
5	Administração	Matheus Duarte Ramos	Suporte Administrativo
6	Agência GEF/GCF	Fabio Heuseler Ferreira Leite	Supervisão Projetos
7	Aquisição e Logística	Alessandro Jonady Oliveira	Aquisições e Logística (SAL)
8	Aquisição e Logística	Allan da Silva Cabral	Aquisições e Logística (SAL)
9	Aquisição e Logística	Ana Lucia Oliveira dos Santos	Aquisições e Logística (SAL)
10	Aquisição e Logística	Carolina Torres da Rocha	Aquisições e Logística (SAL)
11	Aquisição e Logística	Cleyton Oliveira Lima de Souza	Aquisições e Logística (SAL)
12	Aquisição e Logística	Denise Tavares Fernandes da Silva	Aquisições e Logística (SAL)
13	Aquisição e Logística	Fernanda Alves Jacintho Rodrigues da Silva	Aquisições e Logística (SAL)
14	Aquisição e Logística	Flávia Avelar Teixeira	Aquisições e Logística (SAL)
15	Aquisição e Logística	Flávio do Sacramento Miguel	Aquisições e Logística (SAL)
16	Aquisição e Logística	Jeanne Caroline Silva Alves	Aquisições e Logística (SAL)
17	Aquisição e Logística	José Mauro de Oliveira Lima Filho	Aquisições e Logística (SAL)
18	Aquisição e Logística	Luisa Brandt Pinheiro da Silva	Aquisições e Logística (SAL)
19	Aquisição e Logística	Luiza de Andrade Lima	Aquisições e Logística (SAL)
20	Aquisição e Logística	Marcos Pereira da Rocha	Aquisições e Logística (SAL)
21	Aquisição e Logística	Suzana Amora Ramos	Aquisições e Logística (SAL)
22	Aquisição e Logística	Thaís Mariano da Silveira Brito	Aquisições e Logística (SAL)
23	Aquisição e Logística	Vinícius Chavão da Cunha de Souza	Aquisições e Logística (SAL)
24	Aquisição e Logística	Viviane dos Santos da Silva	Aquisições e Logística (SAL)
25	Aquisição e Logística	Viviane Ferreira da Costa	Aquisições e Logística (SAL)
26	Aquisição e Logística	Willian dos Santos Edgard	Aquisições e Logística (SAL)
27	Auditoria Interna	Alexandra Viana Leitão	Controle e Suporte de Projetos

28	CEDOC	Ana Maria Rodrigues Martins	Suporte Administrativo
29	CEDOC	Jefferson Luis Mattos Jesus	Suporte Administrativo
30	CEDOC	Natália Corrêa Santos	Suporte Administrativo
31	Comunicação	Ana Clara Dias Gualda Pereira	Comunicação
32	Comunicação	Helio Yutaka Hara	Comunicação
33	Comunicação	Isabelle Pereira da Costa	Comunicação
34	Contabilidade	Daniele Soares dos Santos Seixas	Financeiro
35	Contabilidade	Elizangela da Conceição Santos	Financeiro
36	Contabilidade	Flavia Fontes de Souza	Financeiro
37	Contabilidade	Guilherme Brito da Silva	Financeiro
38	Contabilidade	Mylena Costa Barbosa Milesi	Financeiro
39	Contabilidade	Nara Anne Brito do Nascimento	Financeiro
40	Contabilidade	Suellen Pereira de Freitas	Financeiro
41	Contabilidade	Thais dos Santos Lima	Financeiro
42	Controle Financeiro de Projetos	Ana Paula França Lopes	Financeiro
43	Controle Financeiro de Projetos	Camila da Costa Golfetto	Financeiro
44	Controle Financeiro de Projetos	Dalissa Granja Villa Nova	Financeiro
45	Controle Financeiro de Projetos	Felipe Augusto de Araújo Camello	Financeiro
46	Controle Financeiro de Projetos	Felipe Dias Mendes Serra	Financeiro
47	Controle Financeiro de Projetos	Juliana Siqueira da Silva	Financeiro
48	Controle Financeiro de Projetos	Luciana Bernardes Natal	Financeiro
49	Controle Financeiro de Projetos	Marilene Viero	Financeiro
50	Controle Financeiro de Projetos	Mayara do Valle Bernardes de Lima	Financeiro

51	Controle Financeiro de Projetos	Priscila Ribeiro Laranjeira da Silva	Financeiro
52	Controle Financeiro de Projetos	Vanessa Guimarães Ribeiro de Barros	Financeiro
53	Controle Financeiro de Projetos	Vitor da Silva Vieira	Financeiro
54	Jurídico	Flavia de Souza Neviani	Jurídico
55	Jurídico	Paulo Miranda Gomes	Jurídico
56	Jurídico	Rafaela Luiza Pontalti Giongo	Jurídico
57	PMO	Julia Annarumma Rocha de Aguiar Coelho	Controle e Suporte de Projetos
58	PMO	Mônica Aparecida Mesquita Ferreira	Controle e Suporte de Projetos
59	Programas	Alexandre Ferrazoli Camargo	Equipe Técnica
60	Programas	Ana Claudia Francisco Salomão	Equipe Técnica
61	Programas	Ana Helena Varella Bevilacqua	Equipe Técnica
62	Programas	André Luiz Ferreira Lemos	Equipe Técnica
63	Programas	Andreia de Mello Martins	Equipe Técnica
64	Programas	Bruna Valença Godinho	Equipe Técnica
65	Programas	Bruno Bernardo Ramos	Equipe Técnica
66	Programas	Clarissa Scofield Pimenta	Equipe Técnica
67	Programas	Daniela Torres Ferreira Leite	Equipe Técnica
68	Programas	Dante Coppi Novaes	Equipe Técnica
69	Programas	Fabiana Servantes Munhoz	Equipe Técnica
70	Programas	Fabio Ribeiro Silva	Equipe Técnica
71	Programas	Fernanda Abduche Corrêa de Paiva Estrella	Equipe Técnica
72	Programas	Fernanda Figueiredo Constant Marques	Equipe Técnica
73	Programas	Gabriella Furtado	Equipe Técnica
74	Programas	Gustavo Menezes Cobelo Lima	Equipe Técnica

75	Programas	Heliz Menezes da Costa	Equipe Técnica
76	Programas	João Ferraz Fernandes de Mello	Equipe Técnica
77	Programas	Laura Pires de Souza Petroni	Equipe Técnica
78	Programas	Maiara Duarte Teixeira de Souza	Equipe Técnica
79	Programas	Manuela Mosse Muanis	Equipe Técnica
80	Programas	Mariana Gonçalves Tavares	Equipe Técnica
81	Programas	Mariana Melo Gogola	Equipe Técnica
82	Programas	Mary Elizabeth Lazzarini Teixeira	Equipe Técnica
83	Programas	Mayne Assunção Moreira	Equipe Técnica
84	Programas	Michelle Tosetti Dantas	Equipe Técnica
85	Programas	Paula Cavalcanti Ceotto	Equipe Técnica
86	Programas	Paula Vergne Fernandes	Equipe Técnica
87	Programas	Pedro Alberto Dantas da Silva	Equipe Técnica
88	Programas	Renan Alves Conceição	Equipe Técnica
89	Programas	Rodolfo Cabral Costa Gomes Marçal	Equipe Técnica
90	Programas	Thales Fernandes do Carmo	Equipe Técnica
91	Programas	Thiago da Fonseca Martins	Equipe Técnica
92	RH	Andrea Pereira Goeb	Suporte Administrativo
93	RH	Barbara Santana da Silva Chagas	Suporte Administrativo
94	RH	Leticia Cristina Ferreira	Suporte Administrativo
95	RH	Heloisa Helena Henriques	Suporte Administrativo
96	SAL (Superint. Aquisição e Logística)	Marcelo Moreira dos Santos	Supervisão Projetos
97	Secretaria Geral	Rosa Maria Lemos de Sá	Supervisão Institucional
98	Secretaria Geral	Zeni Pinheiro	Suporte Administrativo
99	SGP (Superint. Gestão de Projetos)	Manoel Serrão Borges de Sampaio	Supervisão Projetos

100	SPG (Superint. Planejamento e Gestão)	Aylton Coelho Costa Neto	Supervisão Projetos
101	Tesouraria	Roberta Alves Martins	Financeiro
102	Tesouraria	Thais de Oliveira Medeiros	Financeiro
103	Tesouraria	Vanessa Ravaglia Cohen	Financeiro
104	TI	Alessandro de Assis Denes	TI
105	TI	Caroline Cavalcanti de Oliveira Jacobina	TI
106	TI	Deywid Carvalho Dutra	TI
107	TI	Igor De Veras Coutinho	TI
108	TI	Vinícius de Souza Barbosa	TI

O FAO contará com um gerente de projeto específico e um ponto focal financeiro, que atuarão com a supervisão de um coordenador de portfólio. Eles serão assessorados por todas as demais áreas da instituição, que garantirão a boa execução da estratégia prevista. Além disso, conforme as captações forem se consolidando e os projetos iniciados, novos profissionais poderão ser contratados para composição da equipe técnica.

4.5.3. Tecnologia da Informação

O FUNBIO tem uma estrutura robusta e crescente de processamento de dados, contando com a entrada de novos sistemas ao longo do tempo de forma a atender à demanda dos projetos. Nossa infraestrutura é híbrida e utiliza as melhores práticas de ambiente local e ambiente em nuvem. A existência de ambientes de produção na nuvem confere ao FUNBIO uma grande flexibilidade, estando preparado para receber novos projetos de grande porte. Além dessa infraestrutura forte e elástica de processamento de dados, o FUNBIO possui também sistemas de segurança e de backup que garantem confiabilidade e estabilidade aos seus sistemas.

A equipe de Tecnologia de Informação do FUNBIO conta com 5 profissionais, sendo 2 programadores que mantem o sistema Cérebro – principal sistema do FUNBIO – e as integrações entre os sistemas, 1 analista de infra responsável pela manutenção dos servidores, 1 analista que cuida do atendimento aos usuários e 1 coordenador. Adicionalmente, o FUNBIO mantém contratos de longo prazo com diferentes consultorias de TI para manutenção, desenvolvimento e integração dos sistemas operados

pelo FUNBIO (TOTVS/RM, BI, Sharepoint e segurança de rede). O FUNBIO recebe também suporte de seus parceiros comerciais para o desenvolvimento e customização de sua plataforma de compras, customização e parametrização do aplicativo de compras, e do Fluig.

A equipe de TI do FUNBIO apoia ainda as gerências dos projetos e a equipe de compras na contratação de serviços especializados de TI e na seleção e monitoramento da execução de serviços informatizados para os projetos, tais como o sistema SISFLORA no REM/MT e as plataformas GEO Bahia, a plataforma de Informações Ambientais SEIA/BA e a aquisição de infraestrutura de hardware para a SEMA/INEMA-BA.

O sistema Cérebro é um sistema de propriedade do FUNBIO, onde acontece o planejamento dos projetos e também sua execução. O Cérebro funciona como um SaaS (Software as a Service), sendo mantido num servidor central (cloud) e utilizado pelos parceiros do FUNBIO durante a parceria. Este sistema é o resultado de mais de 10 anos de aprendizado no desenvolvimento de software para a gestão e acompanhamento de projetos ambientais no Brasil, comportando todas as funcionalidades necessárias para a execução de Projetos e sendo parametrizado conforme as regras operacionais de cada um.

O sistema é online, estando disponível 24 horas, em todos os dias do ano. É um sistema que utiliza o padrão internacional para programação na internet (W3C – World Wide Web Consortium), o que significa que ele pode ser utilizado por qualquer navegador web, incluindo aqueles utilizados em dispositivos móveis. Além disso, o sistema é monitorado remotamente e permanentemente, de forma que problemas de infraestrutura (ex. servidor off-line) são reportados automaticamente ao responsável no FUNBIO (não importando a hora ou o dia) e o comportamento inesperado de funcionalidades (bugs) também é reportado aos programadores do FUNBIO em tempo real. Esse monitoramento permite que problemas usuais em sistemas web sejam sanados rapidamente.

O sistema permite que haja diferenciação entre usuários, de forma que possa haver permissões apenas para visualização da informação, para inserção e edição de informações ou para acessar fluxos de aprovação específicos, definidos para cada projeto, e que contemplem tanto usuários internos quanto externos (por exemplo, representantes de órgãos estaduais de meio ambiente, entre outros). Todas as operações realizadas ficam registradas no sistema, inclusive a edição de dados. O Sistema Cérebro conta com criptografia de senhas e páginas de acordo com padrões de mercado.

O Cérebro é um sistema que é parametrizado por projeto, programa ou fonte de recursos, sendo bastante flexível – atende hoje em dia mais de 30 fontes de recursos, 10 programas diferentes, além

76



de possuir mais de 200 projetos sendo acompanhados. Até hoje já foram realizadas mais de 138.000 (cento e trinta e oito mil) solicitações e mais de 13.000 (treze mil) prestações de contas – é um sistema testado, robusto e atual. O sistema processa uma média de quase 18.000 solicitações e 26.000 despesas registradas em prestações de contas anualmente (média dos últimos 5 anos), tendo registrado 1.128.681 requisições de páginas e acessos de 23 países diferentes no ano de 2020.

Atualmente o Cérebro possui mais de 700 usuários ativos, mais de 100 instituições cadastradas, dentre governos estaduais, governo federal e organizações do terceiro setor, e tendo exibido mais de 1 milhão de páginas em 2020. O valor acompanhado pelo sistema em 2020 é maior que R\$ 160 milhões (recursos executados).

O sistema Cérebro possui diversas integrações com sistemas internos do FUNBIO e um de seus principais objetivos é auxiliar o acompanhamento da execução, deixando seus usuários informados sobre o andamento de seus processos (ex.: status de processos de compras, valor contratado, valor pago etc.).

O acompanhamento da execução financeira pode ser efetuado por meio de relatorias gerenciais produzidas pelos sistemas. O relatório básico provê informações gerenciais de controle, específicas por unidade executora e também global, tais como o valor planejado inicial, o valor total solicitado (i.e. ainda sem pedido de compra/contratação fechado – ou seja, o valor esperado para aquela despesa, mas ainda não contratado); o valor total contratado (referente aos pedidos realizados e contratados), e o valor pago. Nos casos de contratos com várias parcelas fica evidente o valor já pago e o valor ainda pendente. Além do relatório básico, relatorias específicas são discutidas, acordadas e providas pelo FUNBIO conforme as necessidades específicas de cada projeto.

O acompanhamento geral do projeto é realizado com uma ferramenta de *Business Intelligence* (Microsoft B.I.), um sistema de gestão de informação fechado da Microsoft, que consolida dados de diferentes sistemas do FUNBIO. O B.I. também permite a geração de relatórios e gráficos de forma mais ágil, diretamente do banco de dados, minimizando a possibilidade de ocorrência de erros.

O FAO contará com todas as essas ferramentas digitais e mais as rotinas de segurança de dados existentes no FUNBIO, visando com isso garantir não apenas eficiência, mas também

4.5.4. Custos

A fim de melhor qualificar os conceitos apresentados, para efeito dessa proposta, entendemos que:

Os **Custos cobrados pelo Funbio** para gestão de fundos e projetos são calculados para garantir a recuperação de seus custos operacionais. Esses custos podem ser divididos em duas categorias: fixos e variáveis. Custos fixos são compostos majoritariamente pela remuneração da equipe diretamente alocada do FAO no Funbio (salários, impostos, benefícios), e um percentual rateado da manutenção do escritório, luz, água, internet entre outros. Custos variáveis são relativos a reuniões, diárias, passagens, consultores, dentre outros itens, mobilizados para ações de apoio, por exemplo, ao desenvolvimento de integração de sistemas. Os custos variáveis são diretamente influenciados pelo nível de atividade do Fundo.

O conceito de **Preço aplicado pelo Funbio** representa o valor efetivamente cobrado do projeto. De modo geral o Funbio cobra em seu preço a recuperação de seus custos. Porém, alguns projetos possuem riscos ou características especiais que implicam na mobilização de recursos adicionais para cobertura de contingências de sua execução. Por exemplo, um projeto em que haja uma taxa de remuneração fixa e uma forte tendência de atrasos na execução, precisa contabilizar os potenciais custos associados ao risco identificado. Muito provavelmente, seria necessária a renegociação do valor cobrado ao final do projeto em caso de atraso. No entanto, na impossibilidade de haver essa negociação, o risco precificado deve ser incluído no preço cobrado, que por sua vez poderá ser maior do que o custo verificado, criando assim margens de segurança para a execução do projeto.

Os custos possuem como principal elemento em sua composição as horas homem consumidas, que correspondem a cerca de 90% dos custos operacionais. A operacionalização do FAO demandará diferentes perfis de quadros mobilizados pela instituição. O perfil e a dedicação desses funcionários variam de acordo com a fase de implementação do fundo/projeto.

Como mencionado ao longo do Plano de Trabalho, diferentes formas de execução poderão ser implementadas, assim como tipos de monitoramento, sendo ambos alicerçados por uma gestão financeira baseada nas melhores práticas de mercado e com sistemas de controle robustos. Para que haja uma estimativa precisa, seria ideal que fosse conhecido o montante de recursos a serem geridos, as atividades a serem executadas, o lapso de tempo e a capacidade de demanda dos parceiros. Para o objeto dessa proposta, trabalharemos com um cenário que leva em consideração alguns pressupostos:

- Trata-se de um fundo revolvente;
- Os custos apresentados na proposta envolvem captação, recebimento, gestão, execução e monitoramento dos recursos.

- Recursos internacionais tem em média um período de 1 a 2 anos de negociação da captação e um horizonte de contrato em torno de 4 a 5 anos de execução.
- A execução acompanhará os ciclos de financiamento externos, que são em torno de 5 anos.
- Os eventuais custos relativos ao processo de captação e demais ações anteriores ao desembolso de recursos pelo projeto, desde que plenamente justificados e demonstrados, poderão ser integralmente recuperados após a assinatura do contrato.
- A eventual gestão de ativos dos recursos do FAO será realizada sob a orientação de um mandato de investimento submetido a comissão de ativos do Funbio e aprovado pela Governança do FAO.
- Os custos operacionais, a forma de cobrança e outros aspectos financeiros podem sofrer adequações, em função de políticas e procedimentos dos doadores (algumas vezes inegociáveis) e do escopo do trabalho realizado.
- Os valores apresentados levam em consideração a experiência do Funbio na execução de projetos/fundos similares.

Para um cenário de execução de um projeto de 50 milhões de dólares com 5 anos de execução e média complexidade, (conforme estabelecido na meta do item 4.1), trabalhamos com uma projeção aproximada de um total de 50 mil horas homem (hh), distribuídas nas seguintes categorias profissionais do Funbio:

Categoria	Horas-homem (hh)
Supervisão Geral	1.500
Gestão de programas	8.000
Compras	22.000
Financeiro	10.500
Jurídico	3.500
Comunicação	1.000
Tecnologia da Informação	1.500
Administração	2.000
TOTAL	50.000

Diversos são os fatores que influenciam a alocação de horas desses profissionais. Projetos de execução direta, em que o Funbio executa um grande número de aquisições de bens e serviços, possuem uma maior concentração de horas de profissionais de compras. Projetos de execução



indireta, em que são contratados subprojetos e realizados repasses de recursos, mobilizam um maior número de horas do financeiro e do jurídico. Ademais, no caso de projetos de execução indireta que possuem uma grande pulverização do número de subprojetos apoiados, há uma demanda maior de horas de Gestão de programas, financeiro e jurídico, do que um projeto em que o número de subprojetos é menor.

De modo geral, é possível afirmar que os custos operacionais são inversamente proporcionais aos volumes de recursos geridos; e diretamente proporcional ao tempo de duração dos projetos e a complexidade das atividades realizadas. Ou seja, projetos maiores possuem custos operacionais proporcionalmente menores, em função dos ganhos de escala; e projetos mais longos e mais complexos possuem custos operacionais maiores, em função do tempo de dedicação da hora homem alocada e do perfil profissional mobilizado.

O cálculo dos custos totais (fixos e variáveis) cobrado pelo Funbio no projeto hipotético (USD 50 milhões, 5 anos, média complexidade) que viabilizou a construção do cenário de execução de aproximadamente 50 mil horas homem é da ordem de USD 625 mil ou 12,5% do total do projeto.

4.6. Taxa de Administração:

A fim de melhor qualificar o conceito de **Taxa de Administração** apresentado nessa proposta, consideramos que não obstante os diversos significados existentes sobre o conceito de taxa de administração, entendemos que ela representa um valor equivalente a um percentual do preço. Esse percentual pode conter parte dos custos fixos de manutenção da instituição ou, no caso de empresas com fins lucrativos, o lucro incidente sobre os custos da proposta, ou seja, o *overhead*.

Conforme apresentado no item 4.5 o Funbio, em função da sua natureza jurídica, que é de organização da sociedade civil com interesses convergentes aos dos projetos que administra, realiza as cobranças dos projetos com base na recuperação de seus custos operacionais e não cobra taxa de administração, *overhead* ou outra forma de apropriação de recursos dos projetos. Sem prejuízo de outras interpretações, podemos dizer, com base no conceito de taxa apresentado acima, que taxa de administração é igual a Zero.

Resta ainda a necessidade de nivelar um último conceito: **Taxas como Formas de cobrança**. Alguns projetos utilizam em seus contratos a definição de taxas como percentuais fixos do total de recursos geridos, principalmente como forma a facilitar a cobrança objetiva da execução por parte das instituições gestoras, limitando assim pisos ou tetos dos valores devido às instituições gestoras dos projetos/fundos. Em alguns projetos esses valores são também fixos nas moedas dos projetos.

Desta forma, se este for o conceito aqui aplicado, é necessário que seja estabelecido pelo menos um cenário de referência. Para efeito desta proposta, observada a meta estabelecida no item 4.1, trabalhamos com um projeto 50 milhões de dólares e 5 anos de duração de média complexidade de execução. Tomando a experiência do FUNBIO como referência temos uma faixa que varia de 10,5 a 14%.

Conforme é possível observar nos contratos firmados pelo Funbio com diferentes doadores e nos demais fundos administrados pelo Funbio. Respeitadas as características de cada contrato, são aplicadas as seguintes taxas:

Fundos	Taxas praticadas
ARPA	14%
Copaíbas	5% custos admin. + 9% para recurso com pessoal
TAC Frade	10,5%
REM Mato Grosso	10,8%
GEF MAR	14%
GEF Terrestre	13,6%
Mata Atlântica	14%

4.7. Gestão de ativos:

Quanto à eventual cobrança de taxa de administração sobre a "captação de recursos, recebimento, gestão e execução dos recursos, a serem internalizados a conta do FAO" informamos que **o Funbio não cobra taxas sobre a "captação de recursos, recebimento e ou gestão" de ativos sob a sua guarda**. As atividades realizadas pelo Funbio estão expressas nas horas homem consumidas, e **fazem parte dos custos operacionais cobrados pelo Funbio e expressos no percentual médio de 12,5% apresentado acima**. Os custos dos gestores de ativos como melhor detalhado a seguir são serviços de uma pessoa jurídica contratada e comumente saem diretamente dos rendimentos auferidos.

Os custos de captação, diversos da hora homem alocada, devem ser preferencialmente precificados e orçados em um "plano de captação de recursos", e são exclusivamente relativos as despesas efetivamente realizadas na contratação de serviços necessários a captação de recursos, tais como os



de comunicação e marketing, passagens e outros gastos afins, não se constituindo portanto, uma receita do Funbio. Para a administração financeira de um fluxo de caixa de projetos, onde os ingressos provenientes dos doadores são paulatinamente utilizados na execução financeira das atividades propostas, o Funbio não cobra pelos serviços de administração dos investimentos. Entendemos que esta é nossa vocação natural e está diretamente ligada à gestão dos projetos. Assim, estes custos dos profissionais envolvidos estão igualmente cobertos pela taxa de 12,5% supracitada.

O FUNBIO trabalha apenas com instituições financeiras de primeira linha e segrega os recursos em contas específicas para os Projetos.

Como dito anteriormente, o Funbio não cobra pela gestão de ativos, os custos de gestão e guarda de ativos somente são incidentes quando existe a necessidade da contratação dos serviços de um gestor profissional de ativos e não se constituem receitas do Funbio. Em projetos onde existe um volume suficiente de recursos, existem restrições ao investimento desses recursos, como no caso do FMA/RJ (onde foram mobilizados cerca de R\$300 milhões, dos quais são remanescentes sob a administração do Funbio cerca de R\$ 90 milhões) foi acordada uma remuneração a partir de um indicador pré-fixado (neste caso, 100% de CDI) junto ao agente bancário, cuja remuneração se deu a partir do uso do custo de oportunidade desses recursos. Não havendo um pagamento direto dos recursos do FMA/RJ ao agente bancário. Vale ressaltar que as condições gerais que viabilizaram esse contrato não são as mesmas, fato agravado por um cenário de baixa das taxas de juros e inflação crescente, como o que vivemos no presente.

Conforme dito anteriormente neste Plano, a contratação de um gestor de ativos profissional possui algumas premissas:

- É necessário um volume expressivo de recursos;
- O tempo de residência destes recursos em uma aplicação deve ser previsível, ou seja, é necessário um bom planejamento para a definição de quando será necessário dispor dos recursos. Estabelecendo uma Conta Operacional para os gastos de curto prazo do projeto e uma "conta" de investimento, com um horizonte de investimento da ordem de 5 a 10 anos, uma vez que alguns investimentos são realizados em títulos de médio/longo prazo, cuja desmobilização antecipada pode implicar em prejuízos

As taxas cobradas pelos gestores de ativos (empresas profissionais especializadas) podem, via de regra, incidir de 2 formas:



– Na **primeira**, os gestores são remunerados pelo resultado, através de “*success fee*”, ou taxa de sucesso a incidir sobre o rendimento, o que cria um incentivo negativo ao gestor de assumir maiores riscos em espaços curtos de tempo, a fim de obter maiores lucros. O Funbio só atua com mandatos de investimento de risco moderado/baixo, não adotando essa forma de remuneração dos gestores de ativos;

– Na **segunda**, os gestores de ativos recebem um percentual anual dos montantes geridos. Esses percentuais variam de acordo com o volume de recursos geridos. O Funbio tem conseguido negociar custos totais junto aos seus dois gestores de ativos da ordem de 0,42% a.a. sobre o patrimônio, sendo 0,35% pela gestão e 0,07% pela custódia dos fundos. Esse resultado é possível uma vez que o FUNBIO gestiona fundos grandes (no montante total de R\$ 1,2 Bilhão) e na gestão de fundos pequenos busca a junção de diversos fundos pequenos para a formação de uma grande carteira. Fundos pequenos possuem baixa eficiência econômica e podem alcançar custos de gestão de ativos da ordem de 0,65% a até 0,9% a.a. sobre o patrimônio, em um banco comercial ou casa de investimento onde se esteja iniciando relacionamento.

Concluindo, para efeito do Plano de Trabalho, considerando que a taxa de administração representa os valores totais a serem cobrados pela execução do FAO, **será cobrada uma Taxa de administração média de 12,5%**. Destacamos, que essa taxa é referente aos custos totais de gestão do Funbio sobre o FAO.

Os custos de auditoria externa independentes não incidem sobre os custos operacionais do Funbio, sendo cobrada separadamente.

4.8. Outros elementos:

A captação envolve uma aliança estratégica, ou seja, um processo no qual há ações desenvolvidas em conjunto que são avaliadas e revistas periodicamente tanto em âmbito nacional quanto internacional. A criação de um ambiente de confiança e parceria com os doadores/ financiadores é um trabalho de longo prazo, com algumas incertezas, geradas dentre outros aspectos pelos efeitos geopolíticos.

As metas podem ser geridas e reavaliadas rotineiramente para incorporação de diferentes elementos externos, porém não há como coordenar o mercado. Recentemente isso ficou muito evidente com as ações de minimização dos impactos da pandemia, que deslocou recursos das suas finalidades iniciais para a contenção da COVID e os desafios econômicos gerados pela ausência de uma estratégia nacional.

Em outra medida, o posicionamento político do Brasil nos diferentes fóruns internacionais e o aumento do desmatamento vêm criando desafios em relação ao compromisso do país com as metas internacionais. Isto é, todas as alterações geopolíticas nacionais e regionais geram efeitos e influência positivos e negativos na disponibilidade de apoio de parceiro, mesmo os tradicionais.

Por isso é importante destacar que o FAO é uma ferramenta complementar às políticas públicas, que está ligado ao conjunto de ações do Estado. A acessibilidade à captação na região e interesse dos doadores/ financiadores está vinculada à imagem do Estado.



JOSÉ MAURO DE LIMA O'DE ALMEIDA

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará – SEMAS/PA

Rosa Maria Lemos de Sá

Rosa Maria Lemos de Sá (11 de October de 2021 18:19 ADT)

ROSA MARIA LEMOS DE SÁ

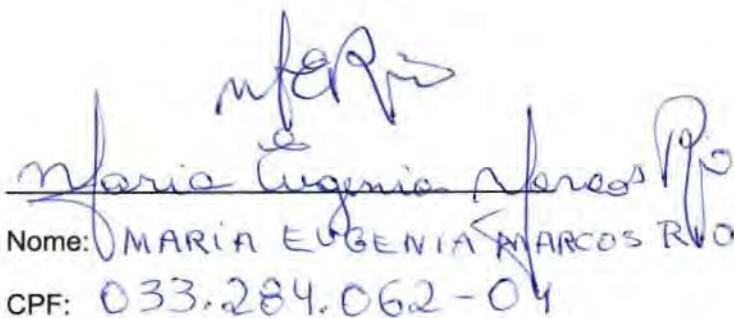
Secretária Geral do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Testemunhas:



Nome: **WENDELL ANDRADE DE OLIVEIRA**

CPF: **855.840.372-49**



Nome: **MARIA EUGENIA MARCOS RVO**

CPF: **033.284.062-04**

FAO - Acordo de Cooperação nº 06-2021





Semas - Funbio

Relatório de auditoria final

2021-10-11

Criado em:	2021-10-11
Por:	Natália Corrêa Santos (natalia.santos@funbio.org.br)
Status:	Assinado
ID da transação:	CBJCHBCAABAAi-mMEU_PbF6LCOnvgp_XzARL_F2yICRT

Histórico de "FAO - Acordo de Cooperação nº 06-2021 Semas - Funbio"

-  Documento criado por Natália Corrêa Santos (natalia.santos@funbio.org.br)
2021-10-11 - 17:09:43 GMT- Endereço IP: 179.210.180.190
-  Documento enviado por email para Rosa Maria Lemos de Sá (rosa.lemos@funbio.org.br) para assinatura
2021-10-11 - 17:33:00 GMT
-  Documento assinado eletronicamente por Rosa Maria Lemos de Sá (rosa.lemos@funbio.org.br)
Data da assinatura: 2021-10-11 - 21:19:24 GMT - Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 189.61.0.173
-  Contrato finalizado.
2021-10-11 - 21:19:24 GMT